

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	10
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	22
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	63
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	65
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	66
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	29.645.967
Preferenciais	0
Total	29.645.967
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	19.052.773	16.952.092
1.01	Ativo Circulante	6.080.387	5.300.829
1.01.01	Disponibilidades	46.323	43.291
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.526.312	2.377.221
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	2.419.969	2.201.814
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	138.617	207.681
1.01.02.03	(Provisões para Perdas)	-32.274	-32.274
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	1.167.118	519.520
1.01.03.01	Carteira Própria	1.057.974	414.160
1.01.03.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	105.252	105.360
1.01.03.03	Vinculados à Prestação de Garantias	3.892	0
1.01.04	Relações Interfinanceiras	294.374	247.391
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	7.613	1.839
1.01.04.02	Créditos Vinculados - Depósitos no Bacen	286.747	245.460
1.01.04.03	Créditos Vinculados - SFH	14	92
1.01.05	Relações Interdependências	508	0
1.01.06	Operações de Crédito	1.674.400	1.722.083
1.01.06.01	Operações de Crédito - Setor Público	247.481	254.455
1.01.06.02	Operações de Crédito - Setor Privado	1.572.028	1.609.437
1.01.06.03	(Provisões para operações de Crédito)	-145.109	-141.809
1.01.08	Outros Créditos	370.255	390.063
1.01.08.01	Carteira de Cambio	49.016	53.563
1.01.08.02	Rendas a Receber	56.893	71.665
1.01.08.03	Devedores por Compra de Valores e Bens	0	79
1.01.08.04	Devedores por Depósitos em Garantia	47.773	44.167
1.01.08.05	Títulos e Créditos a Receber	590	1.319
1.01.08.06	Pagamentos a Ressarcir	14.501	15.084
1.01.08.07	Créditos Tributários - IR/CS	188.236	164.987
1.01.08.08	Impostos e Contribuições a Compensar	211	70
1.01.08.09	Diversos	13.288	41.040
1.01.08.10	(Provisão para Outros Créditos)	-253	-1.911
1.01.09	Outros Valores e Bens	1.097	1.260
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	1.759	1.922
1.01.09.02	(Provisão para Desvalorização)	-669	-669
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	7	7
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	12.625.968	11.310.609
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	50.869	0
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	10.278.318	9.025.679
1.02.02.01	Carteira Própria	10.251.618	8.996.679
1.02.02.04	Vinculados a Prestação de Garantias	26.700	29.000
1.02.03	Relações Interfinanceiras	12.569	12.569
1.02.03.01	Créditos Vinculados - SFH	12.569	12.569
1.02.05	Operações de Crédito	1.136.730	1.178.582
1.02.05.01	Operações de Crédito - Setor Público	5.024	68.235
1.02.05.02	Operações de Crédito - Setor Privado	1.216.546	1.183.094

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1.02.05.03	(Provisão para Operações de Crédito)	-84.840	-72.747
1.02.07	Outros Créditos	1.147.482	1.093.779
1.02.07.03	Créditos Tributários de IR/CS	1.147.475	1.072.074
1.02.07.06	Titulos e Créditos a Receber	7	21.705
1.03	Ativo Permanente	346.418	340.654
1.03.01	Investimentos	267	267
1.03.01.04	Outros Investimentos	1.625	1.625
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-1.358	-1.358
1.03.02	Imobilizado de Uso	154.052	165.676
1.03.02.01	Imóveis de Uso	63.174	62.466
1.03.02.02	Outras Imobilizações de Uso	188.317	198.924
1.03.02.03	Reavaliações de Imóveis de Uso	48.029	48.029
1.03.02.04	(Depreciações Acumuladas)	-145.468	-143.743
1.03.04	Intangível	192.099	174.711
1.03.04.01	Outros Ativos Intangíveis	336.732	299.875
1.03.04.02	Amortizações Acumuladas	-144.633	-125.164

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	19.052.773	16.952.092
2.01	Passivo Circulante	11.852.499	10.009.430
2.01.01	Depósitos	3.603.186	3.214.441
2.01.01.01	Depósitos à Vista	836.760	704.225
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	573.826	518.266
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	11.229	22.631
2.01.01.04	Depósitos à Prazo	2.181.371	1.969.319
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	104.989	105.001
2.01.02.01	Carteira Própria	104.989	105.001
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	272.643	440.253
2.01.03.01	Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	272.643	440.253
2.01.04	Relações Interfinanceiras	18.803	754
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	18.803	754
2.01.05	Relações Interdependências	1.519	2.882
2.01.05.01	Recursos em transito de Terceiros	1.517	1.248
2.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	2	1.634
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	49.576	53.974
2.01.06.02	Empréstimos no Exterior	49.576	53.974
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	127.022	118.784
2.01.07.01	Tesouro Nacional	26.514	27.477
2.01.07.02	BNDES	61.923	52.128
2.01.07.04	Finame	38.507	39.066
2.01.07.05	Finep	78	113
2.01.09	Outras Obrigações	7.674.761	6.073.341
2.01.09.01	Cobrança e Arrec.Trib. e Assemelhados	19.164	1.946
2.01.09.02	Carteira de Cambio	126	143
2.01.09.03	Sociais e Estatutárias	3.680	23.913
2.01.09.04	Fiscais e Previdenciárias	23.288	30.496
2.01.09.06	Fundos Financeiros e Desenvolvimento	6.681.148	5.108.783
2.01.09.07	Provisão para Pagamentos a Efetuar	87.594	80.658
2.01.09.08	Provisão para Passivos Contingentes	176.182	164.947
2.01.09.09	Obrigações por Convênios Oficiais	6.083	4.012
2.01.09.10	Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	63.209	70.075
2.01.09.11	Cheques Administrativos	6.279	1.467
2.01.09.12	Credores Diversos	49.636	57.997
2.01.09.13	Obrigações prestação serv.e pagamentos	0	11
2.01.09.14	Passivos Atuariais	75.500	76.734
2.01.09.15	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	0	34.215
2.01.09.16	Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	482.871	417.944
2.01.09.17	Contratos de Assunção de Obrigações	1	0
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	5.294.233	5.057.353
2.02.01	Depósitos	527.224	344.387
2.02.01.01	Depósitos a Prazo	527.224	344.387
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	651.495	648.742

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2.02.07.01	Tesouro Nacional	690	923
2.02.07.02	BNDES	548.743	514.819
2.02.07.04	Finame	101.468	132.115
2.02.07.05	Finep	594	885
2.02.09	Outras Obrigações	4.115.514	4.064.224
2.02.09.01	Fiscais e Previdenciárias	171.966	197.168
2.02.09.02	Fundos Financ. e de Desenvolvimento	201.730	175.286
2.02.09.03	Passivos Atuariais	899.696	926.493
2.02.09.04	Diversas	1.842.123	1.765.278
2.02.09.05	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	999.999	999.999
2.05	Patrimônio Líquido	1.906.041	1.885.309
2.05.01	Capital Social Realizado	1.623.252	1.623.252
2.05.01.01	Capital	1.623.252	1.623.252
2.05.02	Reservas de Capital	2.253	2.253
2.05.03	Reservas de Reavaliação	22.123	22.730
2.05.03.01	Ativos Próprios	22.123	22.730
2.05.04	Reservas de Lucro	903.687	903.687
2.05.04.01	Legal	124.231	124.231
2.05.04.02	Estatutária	779.456	779.456
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-632.380	-666.613
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	-12.894	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	349.318	988.192	340.010	1.087.512
3.01.01	Operações de Crédito	113.434	320.408	99.786	334.607
3.01.02	Resultado Operações Tit. Val. Mobiliários	234.589	660.285	242.249	749.666
3.01.03	Resultado com Instrum. Fin.Derivativos	0	0	-917	-2.671
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	1.295	7.499	-1.108	5.910
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-215.398	-697.851	-208.948	-741.713
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-51.853	-153.477	-64.196	-216.786
3.02.02	Operações de Emprést. Cessões e Repasses	-131.750	-436.992	-113.098	-341.796
3.02.04	Provisão Operações de Crédito e Outros	-31.795	-107.382	-31.654	-183.131
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	133.920	290.341	131.062	345.799
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-71.893	-177.670	-80.792	-199.212
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	160.569	553.508	155.694	518.869
3.04.02	Despesas de Pessoal	-128.674	-379.332	-130.317	-389.035
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-69.591	-213.229	-69.859	-202.607
3.04.04	Despesas Tributárias	-24.651	-75.922	-24.793	-80.754
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	222.657	623.225	195.451	582.521
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-232.203	-685.920	-206.968	-628.206
3.05	Resultado Operacional	62.027	112.671	50.270	146.587
3.06	Resultado Não Operacional	337	721	912	18.079
3.06.01	Receitas	519	1.147	1.053	18.737
3.06.02	Despesas	-182	-426	-141	-658
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	62.364	113.392	51.182	164.666
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-89.722	-264.305	-93.032	-303.328
3.09	IR Diferido	40.069	137.412	35.730	145.004
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	12.711	-13.501	-6.120	6.342
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	0,42875	-0,45542	-0,20644	0,21392

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	12.711	-13.501	-6.120	6.342
4.02	Outros Resultados Abrangentes	9.908	34.839	-6.255	2.451
4.02.02	Ajustes de Avaliação Patrimonial	19.983	66.411	-10.762	6.650
4.02.04	Realização da Reserva de Reavaliação	-368	1.103	368	1.103
4.02.05	IR e CSLL sobre Outros Lucros Abrangentes	-9.707	-32.675	4.139	-5.302
4.03	Resultado Abrangente do Período	22.619	21.338	-12.375	8.793

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.279.610	2.936.727
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	602.314	665.285
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	-13.501	6.342
6.01.01.05	Depreciações e Amortizações	36.089	28.253
6.01.01.06	Provisão Op. de Crédito e Outros Créditos	107.387	183.180
6.01.01.08	Reversão de outras provisões operacionais	-52.555	-501
6.01.01.10	Ganhos de Capital	-286	-254
6.01.01.12	Despesa Provisão p/ Passivos Contingentes	166.104	261.318
6.01.01.13	Despesa Provisão p/ Risco do FNO	330.552	333.989
6.01.01.14	Reversão Provisões para Outros Créditos	-5	-49
6.01.01.15	Despesas de outras provisões	131.999	0
6.01.01.16	Despesas de provisão para ativos atuariais	0	632
6.01.01.17	Despesas de provisão para outros ativos	38.037	0
6.01.01.18	Resultado com variação cambial	-4.095	-2.621
6.01.01.19	IR e CS Diferidos	-137.412	-145.004
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.677.296	2.271.442
6.01.02.01	(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários para negociação	-14.299	267.342
6.01.02.02	Redução/(Aumento) em Outros Valores e Bens	163	-236
6.01.02.03	Redução/(Aumento) em Aplic. Interf. Liquidez	18.195	-9.302
6.01.02.04	(Aumento)/Redução em Rel. Interf. e Interd.	-30.806	98.928
6.01.02.05	(Aumento)/Redução em Operações de Crédito	-11.259	424.207
6.01.02.06	Redução em Outros créditos	69.591	40.116
6.01.02.07	Aumento em Depósitos	571.583	311.503
6.01.02.08	Aumento em Obrig. Empr. Repasses	6.592	12.155
6.01.02.09	(Redução) em Captações Mercado Aberto	-167.621	-34.549
6.01.02.10	Aumento em Outras Obrigações	1.355.015	1.286.358
6.01.02.12	IR e CS pagos	-119.858	-125.080
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.938.739	-2.374.953
6.02.01	(Aumento) em Títulos Disponíveis p/ Venda	-2.745.109	-3.557.038
6.02.02	Adição em Imobilizados de Uso	-4.946	-12.190
6.02.03	Alienação do Imobilizado de Uso	557	585
6.02.04	Aplicação do Intangível	-37.703	-35.898
6.02.08	Redução em TVM mantidos até o vencimento	75.788	73.538
6.02.11	Redução em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	836.784	1.191.711
6.02.12	(Aumento) em TVM mantidos até o vencimento	-64.349	-35.975
6.02.13	Baixa do Intangível	239	314
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-119.684	-64.937
6.03.02	Instrum.de Dívida Elegíveis a Capital - pagos	-100.631	-46.153
6.03.03	juros sobre capital próprio pagos	-19.053	-18.784
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	221.187	496.837
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.245.105	1.344.211
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.466.292	1.841.048

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.623.252	2.253	22.730	903.687	0	-666.613	1.885.309
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.623.252	2.253	22.730	903.687	0	-666.613	1.885.309
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	-13.501	0	-13.501
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	34.233	34.233
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	-10.949	-10.949
5.07.04	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	45.182	45.182
5.12	Outros	0	0	-607	0	607	0	0
5.12.01	Movimentação da Reserva de Reavaliação	0	0	-1.103	0	1.103	0	0
5.12.02	Imposto e Contribuição s/Res. Reavaliação	0	0	496	0	-496	0	0
5.13	Saldo Final	1.623.252	2.253	22.123	903.687	-12.894	-632.380	1.906.041

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.623.252	2.253	23.539	856.998	0	-546.353	1.959.689
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.623.252	2.253	23.539	856.998	0	-546.353	1.959.689
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	6.342	0	6.342
5.05	Destinações	0	0	0	9.806	-12.867	0	-3.061
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-3.061	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	9.806	-9.806	0	0
5.05.03.01	Reservas	0	0	0	9.806	-9.806	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	1.845	1.845
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	15.143	15.143
5.07.04	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-13.298	-13.298
5.12	Outros	0	0	-607	0	607	0	0
5.12.01	Movimentação da Reserva de Reavaliação	0	0	-1.103	0	1.103	0	0
5.12.02	Imposto e Contribuição s/Res. Reavaliação	0	0	496	0	-496	0	0
5.13	Saldo Final	1.623.252	2.253	22.932	866.804	-5.918	-544.508	1.964.815

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
7.01	Receitas	2.058.266	2.023.850
7.01.01	Intermediação Financeira	988.192	1.087.512
7.01.02	Prestação de Serviços	553.508	518.869
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-107.382	-183.131
7.01.04	Outras	623.948	600.600
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-590.469	-558.582
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-852.256	-791.493
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-29.248	-31.581
7.03.02	Serviços de Terceiros	-137.088	-131.706
7.03.04	Outros	-685.920	-628.206
7.04	Valor Adicionado Bruto	615.541	673.775
7.05	Retenções	-36.089	-28.253
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-36.089	-28.253
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	579.452	645.522
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	579.452	645.522
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	579.452	645.522
7.09.01	Pessoal	315.133	318.753
7.09.01.01	Remuneração Direta	236.039	240.027
7.09.01.02	Benefícios	59.527	58.791
7.09.01.03	F.G.T.S.	19.567	19.935
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	267.016	309.361
7.09.02.01	Federais	260.372	302.804
7.09.02.02	Estaduais	34	18
7.09.02.03	Municipais	6.610	6.539
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	10.804	11.066
7.09.03.01	Aluguéis	10.804	11.066
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	-13.501	6.342
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-13.501	6.342

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 3º Trimestre 2018



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 3º TRIMESTRE DE 2018

Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do Banco da Amazônia, relativos ao terceiro trimestre de 2018, os quais foram elaborados em conformidade com a legislação societária e demais normativos legais.

1. PANORAMA ECONÔMICO

A economia mundial continuou em trajetória de crescimento no terceiro trimestre, contudo, com desempenho heterogêneo entre os países. As economias avançadas foram impulsionadas pelo avanço expressivo da produção americana, cuja elevação do PIB superou as expectativas, o emprego também expandiu significativamente. Sob a ótica do comércio global, o conflito comercial entre EUA e China trouxe impactos relevantes para as trocas comerciais.

No contexto interno, a economia brasileira registrou elevado nível de capacidade ociosa dos fatores de produção (capital e trabalho). Em razão disso, a política monetária seguiu sua trajetória expansionista, a fim de impulsionar a atividade econômica. Pelo lado positivo a inflação, mesmo com a depreciação da moeda brasileira em relação à americana, manteve-se próxima da meta anual definida pelo Conselho Monetário Nacional-CMN.

No âmbito regional, as economias dos estados da Amazônia Legal reproduziram o comportamento instável e desafiador do cenário nacional. As vendas do comércio varejista aumentaram na região, no acumulado em doze meses, com exceção do estado do Amapá. No mesmo tipo de comparação, a produção industrial cresceu no Amazonas, Pará e Mato Grosso. Outro indicador com desempenho positivo foi o saldo do comércio exterior amazônico, cujo aumento foi de 26,58% de janeiro a setembro de 2018, em comparação com o mesmo período de 2017.

2. AÇÕES ESTRATÉGICAS

O Plano Estratégico do Banco reafirma seu compromisso com o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica, através das Declarações Estratégicas – Missão, Visão e Valores institucionais.

A Missão da Instituição destaca o papel do Banco de desenvolver uma Amazônia de forma sustentável com crédito e soluções eficazes, já a Visão demonstra seu direcionamento estratégico na busca de ser o principal Banco de fomento da Amazônia, moderno, com colaboradores engajados e resultados sólidos. Tudo isso, a partir dos valores institucionais: Integridade – Ética e Transparência; Meritocracia; Desenvolvimento sustentável; Valorização do cliente; Decisões técnicas e colegiadas; Eficiência e inovação; e Comprometimento com o resultado e a gestão de riscos.

Cabe ressaltar que as declarações estratégicas do Banco estão em linha com o motivo da sua existência e relevância social: o Banco tem como objetivo estatutário executar a política do Governo Federal relativa ao crédito para o desenvolvimento econômico-social, na região Amazônica.

Deste modo, o Banco contempla em seu Planejamento Estratégico novos projetos internos e externos, que visam construir um ciclo de resultados positivos e sustentáveis no curto, médio e longo prazos. São projetos relevantes para a sociedade e necessários para que a Instituição alcance, de modo satisfatório e pleno, a missão declarada no bojo do Planejamento Estratégico 2017-2021.

A seguir, destaca-se algumas ações e conceitos dos projetos:

Projetos Corporativos

Novo Modelo de Gestão de Pessoas do Banco da Amazônia: o projeto visa obter, através da reestruturação do sistema de Gestão de Pessoas, o perfeito alinhamento entre a força de trabalho e o atendimento das demandas estratégicas do Banco, na qualidade de principal agente de desenvolvimento sustentável da Região Amazônica. Em andamento, a implantação de solução tecnológica a qual suportará os processos de RH.

Projeto Centralização do Crédito: atendendo a estratégia de rentabilidade, o projeto tem como objetivo implantar modelo para centralização de análise, acompanhamento e recuperação de crédito. Neste trimestre, concluiu-se a fase de implantação da Central de Crédito 02 (TO/PA II) em agosto, e da Central de Crédito 03 (RO/AM) em setembro. O Banco está integralmente com nova estrutura de Centralização de Análise de Crédito, condição que proporciona mais governança dos processos. O desempenho das centrais implantadas continuará a ser acompanhado pelas áreas envolvidas.

Projeto Modelo de Custos: o projeto objetiva implantar modelo de custeio adequado às necessidades do Banco, para o qual foi contratada consultoria especializada. Está em discussão a redefinição das estratégias de condução do projeto e sua implantação.

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 3º Trimestre 2018



Projeto GED: tem por objetivo implantar o Gerenciamento Eletrônico de Documentos, a fim de garantir maior celeridade e segurança nos processos de crédito. O Sistema SPDoc entrou em produção em julho de 2018 e suportará as atividades de internalização de propostas pela rede. Estão em andamento as ações necessárias para implantação da ferramenta de *workflow*, captura e repositório de documentos.

Projeto “Novo Modelo de Provisionamento e Baixa de Operações à Luz do IFRS 9”: Tem por objetivo implantar as estruturas de gerenciamento integrado de riscos e de capital e Novo Modelo de Provisionamento e Baixa de Operações à Luz do IFRS 9 – instrumentos financeiros. Está em andamento a contratação de empresa para implantação das sistemáticas exigidas.

Programa Supera Mais 2018

O Programa Supera Mais é um instrumento de gestão utilizado para avaliar o desempenho da Instituição, objetivando alinhar as ações das unidades quanto ao cumprimento das metas e objetivos estratégicos.

Até o terceiro trimestre destaca-se o desempenho nas seguintes perspectivas:

- ✓ **Mais Resultado:** a RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO, que considera o volume de receitas das operações renegociadas/recuperadas de responsabilidade de risco do Banco, atingiu 101% da meta, equivalendo a um volume recuperado na ordem de R\$110,0 milhões (Banco e FNO), no mesmo período de 2017, o volume recuperado foi R\$113,9 milhões.
O indicador CAPTAÇÃO DE RECURSOS (sendo composto pelos volumes de saldo médio de depósito à vista, a prazo, poupança, reinvestimento e LCA) registrou no 3º trimestre de 2018 atingimento da meta 98% com volume de saldo médio na ordem de R\$3.530,1 milhões (no mesmo período de 2017, a meta atingida foi de 85% com volume de saldo médio na ordem de R\$3.302,2 milhões).
- ✓ **Mais Eficiência:** o indicador APOIO AOS PEQUENOS PORTES, que mede o volume de crédito de Fomento contratado para os Pequenos Portes - PRONAF, MPE, Portes, Empreendedor Individual, Fomento PF, Pequeno e Pequeno Médio PF e PJ), realizou 99% da meta projetada para este trimestre, com um volume contratado de R\$1.821,5 milhões (no mesmo período de 2017, a meta atingida foi de 60% com volume contratado R\$1.277,63 milhões).

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultado

O Banco da Amazônia apresentou, no 3º trimestre de 2018, lucro de R\$12,7 milhões (R\$6,1 milhões de prejuízo no 3º trimestre de 2017).

Resultado Operacional

O Resultado Operacional do 3º trimestre de 2018 foi de R\$62,0 milhões (R\$50,3 milhões no 3º trimestre de 2017). As maiores variações ocorreram em:

- Rendas de operações de crédito – alcançaram o montante de R\$113,4 milhões, crescendo 3,3% referente ao mesmo período do ano anterior (R\$99,8 milhões), motivado pelo maior volume de operações da carteira do Banco, com destaque para Financiamento;
- Recuperação de créditos baixados como prejuízo – elevação de 440,3%, impactado pelo aumento na carteira comercial;
- Receitas de prestação de serviços - aumento de 4,1% especialmente nas rendas de administração dos fundos, em razão do maior volume de repasses de recursos do FNO, o que elevou a taxa de administração;
- Outras Receitas Operacionais – crescimento de 13,9%, impactado pelas operações vinculadas ao FNO.

Fomento

No **Fomento Contratado**, até o terceiro trimestre de 2018 foi realizado o montante de R\$3.254,8 milhões, elevação de 45,0% quando comparado ao mesmo período de 2017 (R\$2.250,5 milhões). Um aumento representativo em R\$1.004,3 milhões em operações contratadas, em decorrência principalmente da elevação no nível de contratações do FNO e incremento das contratações em LCA.

No **Fomento Liberado**, até o terceiro trimestre de 2018 foi atingido o montante R\$2.830,1 milhões (R\$2.250,1 milhões no mesmo período de 2017), crescimento de 26,0%, desempenho derivado principalmente ao aumento na aplicação do FNO.

Crédito de Fomento - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)

O Banco da Amazônia, na condição de agente financeiro do Governo Federal na Região Amazônica, tem como premissa em sua atuação, promover o desenvolvimento regional em bases sustentáveis, através da utilização dos recursos de sua carteira de fomento, tendo como principal fonte o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO).

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 3º Trimestre 2018



A atuação do Banco da Amazônia tem priorizado localidades com comprovada carência socioeconômica, fato que demonstra a preocupação da Instituição com a redução das desigualdades na Região. Entre as iniciativas de apoio ao desenvolvimento dos municípios mais carentes destaca-se a disseminação da estratégia denominada FNO Itinerante, caracterizada pela realização de seminários específicos em localidades com perfil de baixa e média renda. Até o terceiro trimestre, foram realizados 27 eventos, com negócios prospectados superiores a R\$20,0 bilhões.

Contratações do FNO

As contratações do FNO, de janeiro a setembro de 2018, totalizaram R\$ 2.892,9 milhões, evoluindo em 45% em relação ao mesmo período de 2017. Os dados do terceiro trimestre de 2018 estão destacados a seguir:

FNO - Contratações por Porte do Beneficiário					
PORTE	3º Trimestre 2018		3º Trimestre 2017		Valores
	Nº Operações	R\$ - milhões	Nº Operações	R\$ - milhões	
Mini/micro	2.334	104,9	2.402	104,7	0,3
Pequeno	884	337,3	724	239,1	41,1
Pequeno/Médio	122	147,8	82	103,5	42,7
Médio	96	166,1	60	129,2	28,5
Grande	30	248,3	17	53,7	362,1
TOTAL	3.466	1.004,3	3.285	630,2	59,4

Fonte: Banco da Amazônia - SIG/Controper

FNO - Contratações por Setor Econômico					
ATIVIDADE ECONÔMICA	3º Trimestre 2018		3º Trimestre 2017		Valores
	Nº Operações	R\$ - milhões	Nº Operações	R\$ - milhões	
Rural	2.535	693,6	2.506	491,2	41,2
Industrial	41	24,8	36	12,0	105,7
Infraestrutura	1	0,4	0	0,0	-
Comércio e Serviços	687	280,2	494	114,4	145,0
Demais não rurais	202	5,5	249	12,6	(56,4)
TOTAL	3.466	1.004,4	3.285	630,2	59,4

Fonte: Banco da Amazônia - SIG/Controper

FNO - Contratações por Estado				
ESTADO	3º Trimestre 2018		3º Trimestre 2017	
	R\$ - milhões	Participação %	R\$ - milhões	Participação %
Acre	56,3	5,6	38,8	6,2
Amapá	6,4	0,6	2,1	0,3
Amazonas	133,7	13,3	37,0	5,9
Pará	290,6	28,9	135,9	21,6
Rondônia	293,8	29,2	164,7	26,1
Roraima	17,7	1,8	8,1	1,3
Tocantins	205,8	20,5	243,8	38,7
TOTAL	1.004,3	100,0	630,2	100,0

Fonte: Banco da Amazônia - SIG/Controper

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 3º Trimestre 2018



Liberações do FNO

Os recursos do FNO liberados no período de janeiro a setembro, representaram um valor acumulado de R\$ 2.494,9 milhões. No período de julho a setembro, os recursos foram distribuídos em:

PROGRAMAS FNO	3º Trimestre 2018		3º Trimestre 2017		% (Valores)
	Quantidade	Valor liberado (R\$ - milhões)	Quantidade	liberado (R\$ -)	
Micro e Pequenas Empresas (MPEs)	1.624	207,2	1.636	289,7	(28,5)
Microempreendedores Individuais (MEI)	500	3,3	973	5,1	(36,2)
Microcrédito Produtivo Orientado – Programa Amazônia	12.206	24,0	11.702	23,6	1,8
Microcrédito Urbano	11.308	20,9	11.104	21,7	(3,6)
Microcrédito Rural	898	3,1	598	1,9	63,5
Agricultura Familiar	2.012	69,5	1.995	64,7	7,3
FNO ABC	5	12,5	39	69,8	(82,1)
FNO-Biodiversidade	3	2,2	13	9,1	(76,1)
FNO-Amazônia Sustentável	379	880,2	2.946	1.623,3	(45,8)

Fonte: Banco da Amazônia - SIG/Controper

Títulos e Valores Mobiliários (TVM)

A carteira de TVM permanece como o item de maior participação nos ativos totais. Ao final do terceiro trimestre de 2018, esta carteira alcançou o montante de R\$11.445,4 milhões.

A Carteira está composta por 84,2% de títulos públicos federais, especialmente Letras Financeiras do Tesouro (LFT), demonstrando a posição conservadora do Comitê responsável pela política de aplicação da tesouraria. Os 15,9% de títulos privados são compostos, na maioria, por letras financeiras, certificados de depósitos interfinanceiros e debêntures de grandes empresas (ratings AAA, AA e A).

O Resultado das operações com Títulos e Valores Mobiliários atingiu R\$660,3 milhões, contra R\$749,7 milhões no mesmo período do ano anterior. Essa queda foi decorrente da redução havida nas taxas SELIC/CDI que remuneraram quase a totalidade da carteira de TVMs.

Em atendimento ao disposto no artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068/2002, o Banco da Amazônia declara ter a intenção de manter os títulos, no valor de R\$727,2 milhões, classificados na categoria “Títulos Mantidos Até o Vencimento”, bem como possuir capacidade financeira para tanto.

Captação de Recursos

Depósitos: essa captação encerrou o 3º trimestre de 2018 com saldo de R\$4.130,4 milhões (R\$3.277,4 milhões no 3º trimestre de 2017), tendo como maior participação os depósitos a prazo, correspondendo a 65,6% desse total.

LCA: as “Letras de Crédito do Agronegócio” (LCA) encerraram o 3º trimestre de 2018 com saldo de R\$272,6 milhões (R\$448,1 milhões no 3º trimestre de 2017).

Obrigações por Repasses: para ampliar suas fontes e assim possibilitar a diversificação das linhas de crédito ofertadas ao tomador final, especialmente para os estados não contemplados com o FNO, o Banco dispõe de outras fontes, especialmente BNDES/FINAME e FDA. O saldo dessas captações, exceto câmbio, no encerramento do 3º trimestre de 2018 é de R\$778,5 milhões (R\$759,3 milhões no 3º trimestre de 2017).

Patrimônio Líquido (PL)

O Banco encerrou o 3º trimestre de 2018 com Patrimônio Líquido de R\$1.893,3 milhões, inferior em 3,9% em relação ao mesmo período de 2017 (R\$1.970,9 milhões).

Índice de Basileia (Limites Operacionais)

A mensuração do capital regulamentar (compatibilidade do patrimônio de referência, PR, com grau de risco dos ativos, passivos e compensação) é efetuada em conformidade com a regulamentação vigente. O 3º trimestre de 2018 encerrou com índice de 13,3% (15,5% no 3º trimestre de 2017).

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 3º Trimestre 2018



4. PERSPECTIVAS PARA O 4º TRIMESTRE DE 2018

Para os últimos meses do ano, o Banco adotará ações específicas, que são: readequação de regras e parâmetros de crédito; manutenção do foco na elevação das receitas de tarifas de operações e em operações de custeio e de ciclo curto.

Visando uma maior eficiência no crédito, o Banco buscará aprimorar os serviços em áreas ainda mais especializadas, como: Central de Cadastro; Central de Agronegócio; Central de PRONAF; Central de Varejo e Central de Grandes Negócios.

A partir da premissa de que “Para termos resultados diferentes precisamos fazer diferente”, o último trimestre contará com a força tarefa para Reversão de Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa. A ação terá foco total na atualização e qualificação cadastral dos clientes, o que impactará diretamente na classificação do risco.

5. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Instituição demonstra ter comprometimento com a integridade e a adoção dos valores éticos, através do trabalho de elaboração, atualização e divulgação dos códigos de conduta. O Banco adota padrões de conduta profissional que são exigidos de seus membros estatutários, colaboradores e contratados, formalmente declarados destes códigos de conduta. A Instituição promove, portanto, a cultura ética e estabelece sanções no caso de descumprimentos.

As normas de conduta da Instituição possuem padrões baseados nos princípios da legalidade, probidade, impessoalidade, transparência e respeito ao ser humano, aplicáveis aos membros estatutários, empregados e colaboradores que, com ou sem remuneração, estejam atuando ou prestando serviços em nome ou para o Banco da Amazônia, inclusive de forma temporária.

Destaca-se, assim, a Política de Treinamento aplicada para todos empregados e para a alta administração. Esse público recebe treinamentos e capacitações em temas como: Prevenção e Combate à Corrupção, Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Ética nas Relações profissionais. A realização desses treinamentos é pré-requisito para participação em processos seletivos interno, observando-se a constante atualização dos cursos e palestras incluídas nas ações dessa política.

Gestão da Integridade, Correição e Canal de Denúncia Interno

O tema Integridade é tratado a partir do investimento em três pilares: Integridade, Correição e o Canal de Denúncia Interno, assegurando assim, o cumprimento das exigências legais e regulamentares.

Na estrutura organizacional do Banco da Amazônia, a unidade que agrega os três pilares é a coordenadoria COINC, vinculada à Presidência e à Diretoria de Controle e Risco. Para o cumprimento das suas atribuições, atua de forma integrada com outras áreas da empresa tais como: Comissão de Ética, Gestão de Pessoas, Gerência Jurídica e Auditoria.

Assim, o processo de tomada de decisão do Banco da Amazônia possui um sistema de alçadas bem definido e um conjunto de normativos sistematizado, além de possuir mecanismos adequados para que as informações relevantes sejam levadas ao conhecimento da alta administração, subsídio para a tomada de decisões.

Dentre suas atribuições destaca-se a de zelar pelo cumprimento de leis, normativos, políticas e diretrizes internas e regulamentos aplicáveis, de forma que as ações de prevenção, detecção e remediação das ocorrências sejam efetivas. Busca assegurar que os empregados, usuários dos seus serviços, fornecedores e outras partes interessadas conheçam o compromisso do Banco em prevenir e combater a fraude e a corrupção, em consonância com as leis e com o Programa de Integridade do Banco.

6. GESTÃO DE RISCOS

O risco é inerente a qualquer atividade - pessoal, profissional ou nas organizações e pode envolver perdas, bem como oportunidades. Contudo, dentro do contexto de uma instituição financeira como o Banco da Amazônia, onde a natureza das suas operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos à sociedade impera, o conceito de risco adquire um significado mais amplo e requer maior atenção em todos os níveis institucionais.

Em uma instituição que promove uma intermediação financeira entre duas ou mais partes, há de se dispor de instrumentos de gestão que ao menos minimizem os riscos das operações.

Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito no Banco da Amazônia está balizada em Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital e na Declaração de Apetite por Riscos (RAS), aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração e tem o propósito de estabelecer estratégias, rotinas, sistemas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação da exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que o Banco atua como uma das contrapartes.

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 3º Trimestre 2018



A classificação dos créditos do Banco distribui-se em diferentes níveis de risco (*rating*), levando-se em conta as características e o perfil do tomador de crédito e da operação, qualificando o risco mínimo em nível "AA" e o risco máximo em "H". A política adotada pela Instituição baseia-se em somente realizar operações de crédito com pleiteantes, pessoa física ou jurídica, cujo nível de risco esteja situado entre os *ratings* AA e C, inclusive, dentre os níveis de risco de crédito previstos pela Resolução CMN n.º 2.682/99.

O Banco da Amazônia é o responsável pela classificação do cliente e da operação no nível de risco correspondente, sendo efetuada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas, contemplando, além dos critérios já implementados no modelo interno de avaliação, fatores como situação econômico-financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de resultados, fluxo de caixa, administração e qualidade de controles, pontualidade e atrasos nos pagamentos, contingências, setor de atividade econômica, etc.

De modo a incorporar melhorias ao seu processo de gestão, mantendo-se alinhado às melhores práticas do mercado bancário, a Instituição vem realizando o aprimoramento dos modelos utilizados na avaliação de risco de crédito de seus clientes, o que abrange análise das matrizes de migração de risco registradas no Banco, teste de relevância das variáveis e *backtesting* dos modelos, em conformidade com a política institucional de gestão do risco de crédito à vista das diretrizes de Basiléia II e da Resolução 4.557 de 23/02/2017 que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital.

Risco de Mercado e Liquidez

O risco de mercado é decorrente da possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado e instrumentos detidos pela Instituição, de acordo com a natureza e complexidade dos produtos e a dimensão de suas exposições.

O Banco faz o monitoramento das exposições das carteiras *Trading* (negociação) e carteira *Banking* (não negociação), classificadas pela área responsável pela tesouraria e submetidas às alçadas competentes, observando os limites operacionais instituídos na RAS.

A carteira de *Trading* (negociação) é formada pelas posições nos mercados de renda fixa detidas com a intenção de negociação, sendo permitidas operações com derivativos apenas para proteção. A carteira *Banking* (não negociação) é formada por todas as operações que representem fontes relevantes de risco de mercado e que não estejam classificadas na carteira de negociação.

O Banco monitora o IRRBB (avaliação do risco de taxa de juros na carteira *banking*), do risco atual ou prospectivo do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da Instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária, com base em metodologia específica (Metodologia do VaR).

O Banco possui na carteira de Tesouraria alocações de recursos com elevada liquidez, títulos públicos e operações compromissadas, que mitigam o risco de liquidez. Na gestão do risco de liquidez são utilizados a análise do fluxo de liquidez consolidado por vértice, Índice de Liquidez de Curto Prazo (ILCP) e simulações de cenários de estresse.

Risco Operacional

A gestão do risco operacional é atividade desenvolvida de modo contínuo e evolutivo, abrangendo a estrutura organizacional em todos os níveis hierárquicos. Pautada no modelo das três linhas de defesa, cada unidade tem responsabilidade pela gestão e reporte dos seus riscos, enquanto a gestão consolidada do risco operacional é realizada por área especializada.

O Banco faz o gerenciamento dos riscos operacionais em razão da possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas, ou seja, a área responsável faz a gestão do risco operacional inerente a todos os produtos materiais, atividades, processos e sistemas existentes ou a serem implantados, a fim de garantir que estejam de acordo com o apetite estabelecido na RAS.

Gestão de Capital

A estrutura de Gerenciamento de Capital envolve as áreas responsáveis pelo orçamento, planejamento, controle e monitoramento de riscos e esferas colegiadas estratégicas de decisão (Comitês, Diretoria Executiva e Conselho de Administração).

A política de gestão de capital objetiva manter o Índice de Basileia em patamar superior a exigência regulamentar. A instituição apresenta capital suficiente para viabilizar o crescimento de negócios constante no seu planejamento e orçamento.

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 3º Trimestre 2018



7. CONTROLES INTERNOS

A estrutura de Controles Internos e *Compliance* do Banco da Amazônia atua na segunda linha de defesa, com responsabilidade de assegurar a conformidade regulamentar e operacional, de forma a garantir a adequação e o funcionamento do sistema de controles internos do Banco, com reporte às instâncias de governança e à alta administração.

A disseminação da cultura de controle e fortalecimento da 1ª linha de defesa é uma atividade contínua e está presente no planejamento anual das atividades de controle interno. Dentre as ações de disseminação, destaca-se os alertas de conformidade e a capacitação dos Agentes de Controle e Risco, os quais estão alocados nas unidades de primeira linha e tem o objetivo de aprimorar a gestão operacional dos seus processos.

Com o fortalecimento da 1ª linha, o Banco garante que os riscos inerentes do processo serão mitigados dentro dos apetites aceitáveis pela Instituição. Para supervisão e maior qualidade dos controles, a 2ª linha aplica testes baseados nas boas práticas do COSO. Para as fragilidades identificadas, planos de ação são elaborados para a implantação de novos controles ou aprimoramento dos controles já existentes.

No aspecto do *Compliance*, o Banco vem realizando verificações em seus processos relevantes para identificar possíveis desvios de procedimentos operacionais. Os resultados são consolidados por meios de boletins de circulação interna, tendo como impacto direto no Rating de Agências. Com vistas aos aprimoramentos dos controles, as medidas corretivas também são tomadas e tratadas tempestivamente.

8. AUDITORIA INTERNA

A unidade de Auditoria Interna (AUDIT) tem seu funcionamento disciplinado por Regimento Interno da Auditoria, observando as disposições do Estatuto Social do Banco e da legislação em vigor. Vinculada ao Conselho de Administração, é responsável por fornecer avaliações abrangentes baseadas no maior nível de independência e objetividade para a estrutura de governança, atuando como terceira linha de defesa no processo de gerenciamento de riscos e controles.

Dentre as ações concluídas para o fortalecimento e desempenho da gestão, destaca-se a avaliação da Gestão da Carteira de Crédito. No que tange aos projetos de melhoria para o desenvolvimento institucional da unidade de auditoria interna, a implantação da reestruturação da unidade continua em andamento, assim como o planejamento da implantação do programa de qualidade e melhoria contínua estabelecida pelo referencial técnico do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União.

A AUDIT recebeu, no período, o suprimimento de dois auditores juniores, aprovados no processo seletivo interno para a função de auditor júnior. Dentre as medidas para a promoção do desenvolvimento profissional, os colaboradores da auditoria participaram de capacitações e treinamentos no período.

9. UNIDADES DE ATENDIMENTO

A partir da implantação das Centrais de Crédito 02 (TO/PA II) e 03 (RO/AM), o Banco está integralmente com nova estrutura de Centralização de Análise de Crédito. Essa estrutura promoveu mudanças ao modelo de gestão do processo de crédito, com destaque para:

- Triagem especializada, segregação do crédito e de suas esteiras de análise por tipo de crédito;
- Implementação de espaço organizacional segregado da análise de crédito, voltado à geração de instrumento de crédito;
- Acompanhamento de crédito, com atuação em duas frentes de trabalho segregadas por processos;
- Remodelagem da cobrança e reestruturação de operações;

Está prevista para o primeiro semestre de 2019 a criação da Central de Cadastro, estratégia concebida para melhoria da concessão de crédito, que através da obtenção de dados atualizados, possibilitará melhor análise do cliente, permitindo estreitar o relacionamento.

10. OUVIDORIA

A Ouvidoria do Banco é um canal especializado de atendimento a clientes, que busca identificar as necessidades do público externo, zelar pela boa imagem do Banco e aperfeiçoar seu modelo de gestão.

Através do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, recebe demandas referentes à Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), facilitando o acesso às informações, assim como atende e orienta os cidadãos sobre a referida Lei.

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 3º Trimestre 2018



As manifestações podem ser recebidas através do telefone (0800 722 21 71) ou do endereço eletrônico ouvidoria@bancoamazonia.com.br, que pode ser acessado diretamente do sítio do Banco (www.bancoamazonia.com.br). Podem também ser agendados atendimentos presenciais.

11. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

O Banco trabalha com foco da prospecção e implantação de soluções voltadas ao cumprimento das metas inseridas no planejamento estratégico. Para manter a tecnologia em operação nos processos de negócio atua na avaliação do nível de segurança da informação por meio da identificação de vulnerabilidades que possam causar impacto à Instituição e adota mecanismos de controle e de medidas visando à mitigação das vulnerabilidades identificadas.

Assim, possui procedimentos de *backup* e recuperação, monitoramento de disponibilidade da infraestrutura de aplicação, servidores e bancos de dados, planos de recuperação de desastres, que consideram os riscos e as consequências da interrupção parcial ou total das atividades.

No período, algumas soluções foram desenvolvidas e implementadas, como a implantação da funcionalidade de notificação de uso do cheque especial, via SMS, em atendimento a demanda FEBRABAN - normativo SARB 019 2018 - Uso consciente do cheque especial. Outro destaque foi a atualização de versão do NSAPJ (Sistema de acompanhamento de Processo Judicial) - com melhorias e correções para atender o e-Social.

12. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

A Política de Segurança da Informação e Comunicações adotada pelo Banco, possui diretrizes capazes de orientar a construção de ambientes seguros para o correto suporte aos processos, visando assegurar a confidencialidade, a integridade, a autenticidade, a disponibilidade e a irretratabilidade dos dados e das informações.

A Política de Segurança da Informação e Comunicações adotada pelo Banco, possui diretrizes capazes de orientar a construção de ambientes seguros para o correto suporte aos processos, visando assegurar a confidencialidade, a integridade, a autenticidade, a disponibilidade e a irretratabilidade dos dados e das informações.

As avaliações dos controles gerais de tecnologia da informação são realizadas por meio de mapeamentos de riscos e de forma independente pela auditoria interna. As fragilidades identificadas e as recomendações são apresentadas à área para elaboração de planos de ação para tratamento.

13. OUTROS DESTAQUES

Esta instituição acredita e incentiva o empreendedorismo consciente, conceito cuja proposta é de promover negócios que criam real valor e impactos positivos para a sociedade e para nós mesmos, que gera riqueza explorando os recursos naturais em parceria com a natureza. O Banco da Amazônia acredita que esta é a melhor opção para garantir os melhores negócios, o bem-estar da população, atual e futura e que, por isso, devem ser apoiados com prioridade por nossos serviços financeiros.

O Banco da Amazônia lançou no terceiro trimestre de 2018 o Edital de Pesquisa, visando incentivar à pesquisa científica na Amazônia Legal. Foram selecionadas 15 (quinze) propostas envolvendo recursos da ordem de R\$1,05 milhões, para apoio a pesquisa nas áreas de biotecnologia, fitoterápicos, etnobotânica, meio ambiente, produção vegetal e animal, dentre outros. Assim, evidenciamos a contribuição do Banco para que o avanço na área de pesquisa gere externalidades positivas para a população amazônica.

Após a publicação da Resolução CMN nº 4.327, em 2014 sobre as diretrizes a serem observadas pelas instituições financeiras no estabelecimento e na implantação de Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), o Banco da Amazônia publicou sua PRSA em 25/5/2015 para sua implantação.

Em setembro de 2018, em virtude da necessidade de ajustes na estrutura de governança, na definição das responsabilidades, entre outras adequações, a Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) do Banco da Amazônia foi atualizada e aprovada pelo Conselho de Administração. A nova versão da PRSA incorporou novas diretrizes, com vistas a orientar e nortear as ações de responsabilidade socioambiental do Banco, tanto em relação à gestão dos negócios e relacionamento com as partes interessadas, quanto em relação à gestão do risco socioambiental.

14. GESTÃO DE PESSOAS

O Banco, através do Plano de Desenvolvimento de Pessoas busca promover ações de aprendizagem, alinhadas às estratégias de negócio e às atividades dos profissionais da Instituição, de forma a proporcionar e fomentar uma cultura de alto

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 3º Trimestre 2018



desempenho, voltada ao desenvolvimento das pessoas. No terceiro trimestre de 2018, o Banco investiu R\$1,07 milhões, em 183 ações educacionais, dessas 45 são contínuas e 24 eventuais.

O Banco da Amazônia possui diversas iniciativas de reconhecimento e valorização dos empregados, dentre os quais, destaca-se as promoções e encareiramento profissional, onde o empregado tem oportunidade de crescer profissionalmente. Essa prática inclui-se nas atividades permanentes de acompanhamento da área de gestão de pessoas.

O Banco encerrou o 3º trimestre de 2018 contando com 2.954 empregados (3.012 no 3º trimestre de 2017).

15. CAIXA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO BANCO DA AMAZÔNIA (Capaf)

Os benefícios pós-emprego ofertados pelo Banco aos seus empregados correspondem à complementação de aposentaria, por meio de planos de previdência complementar (Benefício Definido-BD, Misto, Assistidos de Responsabilidade do Banco, Saldados e PrevAmazônia) e Auxílio-saúde.

Os planos de benefício de previdência complementar são administrados pela Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia S.A (Capaf), que se encontra sob intervenção da Previc desde 2011. A Portaria nº 358, datada de 25 de abril de 2018, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, prorrogou a intervenção por mais 180 dias a contar de 30 de abril de 2018. A Portaria nº 976, de 16 de outubro de 2018, também da Superintendência Nacional de Previdência Complementar, prorrogou novamente a intervenção por mais 180 dias a contar de 27 de outubro de 2018.

Os planos BD e Misto, que abrigam 48% do público alvo, apresentam *déficit* atuarial constante, em desacordo com a legislação, o que levou a PREVIC a decretar a liquidação dos mesmos, a qual foi suspensa por decisão judicial.

Os planos saldados abrigam os participantes que aderiram, em 2013, a esses novos planos e que corresponde a 52% do público alvo.

Ação Rescisória nº 0016098-06.2014.5.16.0000

Permanece inalterada a ação em que a Advocacia Geral da União, em abril de 2014, ingressou perante o TRT da 16ª Região (MA) com a Ação Rescisória nº 0016098-06.2014.5.16.0000, visando rescindir a decisão transitada em julgada proferida pela 1ª Vara do Trabalho do Maranhão nos autos da ação coletiva nº. 1164-2001-001-16-00-2, que condenou o Banco ao pagamento do déficit atuarial da Capaf.

Em 24.08.2018, foi proferido despacho para que o Ministério Público apresentasse razões finais, o que até o presente momento não foi apresentado.

Ação Civil pública nº 0000302-75.2011.5.08.0008

A ação civil pública nº 0000302-75.2011.5.08.0008, proposta pela AABA em que o Banco fora condenado a repassar mensalmente à Capaf, os recursos financeiros necessários para complementar a folha de pagamento dos beneficiários assistidos do Plano de Benefício Definido (BD), em que pese o trânsito em julgado, ocorrido em 06.02.2017, a área jurídica do Banco analisou a decisão e identificou a possibilidade de manejo de ação rescisória visando a rescisão do julgado, notadamente em face às alterações trazidas pela EC 20/1998, bem como às Leis Complementares nºs 108 e 109, ambas de 2001, e aos correlatos precedentes judiciais do STF.

Respalado por esses argumentos o Banco iniciou tratativas com a Advocacia Geral da União (AGU), objetivando o ajuizamento da ação, o que foi realizado pela AGU no Tribunal Superior do Trabalho, em 02.03.2018, processo nº 1000104-23.2018.5.00.0000.

Em 19.09.2018, foi exarada decisão declarando incompetência do Tribunal Superior do Trabalho para apreciar originariamente a ação rescisória, determinado na oportunidade, a emenda da inicial.

A AGU peticionou a emenda da inicial, em 04.10.2018, pugnando pela competência do Tribunal e requerendo novamente a concessão da tutela de urgência para a suspensão da execução do objeto da ação civil pública nº 000302-75.2011.5.08.0008.

Em 10.10.2018, o processo restou conclusos ao Gabinete do Ministro para nova decisão.

O 3º trimestre de 2018 encerrou com saldo dessa provisão de R\$537,7 milhões (R\$ 539,3 milhões no 1º semestre de 2018, R\$568,4 milhões no 1º trimestre de 2018 e R\$536,9 milhões no final do exercício de 2017), correspondendo a 100% das reservas matemáticas dos participantes elegíveis, ou seja, aqueles que tinham completado tempo para fazerem jus a todos os direitos ofertados pelo plano até a publicação da Lei Complementar nº 109/2001 e 50% dos ainda não elegíveis, isto é,

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração – 3º Trimestre 2018



aqueles que ainda não tinham completado o tempo exigido para obter todos os benefícios do plano por ocasião da publicação da Lei anteriormente citada.

Mensalmente, o Banco vem repassando à CAPAF os recursos financeiros necessários para complementar a folha de pagamento dos beneficiários abrangidos pela ação transitada em julgado.

16. INSTRUMENTO DE DÍVIDA ELEGÍVEL A CAPITAL PRINCIPAL (IECP)

No dia 09 de dezembro de 2014, o Banco da Amazônia S.A. e a União celebraram contrato de mútuo, no montante de até R\$1.000.000.000,00 (um bilhão), para fins de enquadramento como instrumento elegível ao capital principal, nos termos previstos no art. 16 da Resolução nº 4.192, de 01 de março de 2013, alterada pela Resolução nº 4.278, de 31 de outubro de 2013 e pela Resolução nº 4.311, de 20 de fevereiro de 2014, todas do Conselho Monetário Nacional.

De acordo com o contrato, o pagamento da remuneração é realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período, o que vem sendo realizado.

Desde 2014, o Banco vem efetuando o pagamento da remuneração, conforme metodologia de cálculos que o Banco interpretava da Cláusula Terceira do contrato de mútuo, o que vinha sendo referendado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Em junho de 2017, o Banco recebeu Ofício da STN no qual consta a cobrança da diferença de remuneração do IECP, em razão de ter sido dada nova interpretação a referida cláusula por ocasião da auditoria realizada pela Controladoria Geral da União (CGU).

Foi instaurado processo de controvérsia na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal. A primeira audiência junto a Câmara de Conciliação e arbitragem da AGU foi realizada em fevereiro de 2018.

Na referida reunião restou consignado, I) A admissão da mediação pela AGU; II) A Secretaria do Tesouro Nacional possibilitou reabertura da discussão acerca do quantum devido e a forma de pagamento III) O Banco da Amazônia apresentaria o recálculo da remuneração, conforme metodologia da Secretaria do Tesouro Nacional.

No dia 22.03.2018 o Banco da Amazônia apresentou o recálculo, conforme metodologia exigida pela Secretaria do Tesouro Nacional, a qual foi devidamente acolhida. Em 23.05.2018 foi celebrado acordo entre o Banco da Amazônia e a Secretaria do Tesouro Nacional, tendo sido aclarada a interpretação sobre a cláusula terceira do contrato e estabelecido os valores da diferença a ser paga por esta Instituição Financeira.

Com o adimplemento da obrigação as partes conferiram plena, rasa, geral e irrestrita quitação em relação a todos os direitos e deveres inerentes a questão.

17. AUDITORIA INDEPENDENTE – KPMG

A KPMG Auditores Independentes foi contratada em 2013 por intermédio de processo licitatório, e em 2018 foi vencedora de da licitação na modalidade Pregão Eletrônico, para prestação de serviços de auditoria externa sobre as demonstrações financeiras do Banco da Amazônia e do FNO.

Conforme dispõe a Instrução nº 381/2003 da Comissão de Valores Mobiliários, o Banco da Amazônia, no 3º trimestre de 2018, não contratou e nem teve serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa de suas demonstrações financeiras.

AGRADECIMENTOS

O Banco da Amazônia agradece aos acionistas, clientes, parceiros e colaboradores a confiança, credibilidade e parceria com a Instituição, contribuindo para resultados sólidos e desenvolvimento sustentável da Amazônia.

A Administração.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ÍNDICE

Nota 1 - Contexto operacional
Nota 2 - Apresentação das informações trimestrais
Nota 3 - Resumo das principais práticas contábeis
Nota 4 - Caixa e equivalentes de caixa
Nota 5 - Aplicações interfinanceiras de liquidez
Nota 6 - Títulos e valores mobiliários
Nota 7 - Operações de crédito
Nota 8 - Outros créditos
Nota 9 - Ativo Permanente
Nota 10 - Depósitos e captações no mercado aberto
Nota 11 - Obrigações por empréstimos
Nota 12 - Obrigações por repasses
Nota 13 - Outras obrigações
Nota 14 - Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais
Nota 15 - Patrimônio Líquido
Nota 16 - Imposto de renda e contribuição social
Nota 17 - Desdobramento das contas de resultado
Nota 18 - Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam)
Nota 19 - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)
Nota 20 - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)
Nota 21 - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)
Nota 22 - Fundo da Marinha Mercante (FMM)
Nota 23 - Fundos de Investimentos Financeiros
Nota 24 - Partes relacionadas
Nota 25 - Benefícios a empregados
Nota 26 - Remuneração paga aos empregados
Nota 27 - Processo de gerenciamento de riscos
Nota 28 - Análise de sensibilidade
Nota 29 - Demonstração do resultado abrangente
Nota 30 – Outras informações

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Banco da Amazônia S.A. (Banco) é uma instituição financeira organizada sob a forma de sociedade anônima de capital aberto e de economia mista e sua matriz está localizada à Avenida Presidente Vargas nº 800, Belém, Pará, Brasil. Tem por objeto a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Como um dos instrumentos do Governo Federal para promover e executar as políticas creditícias e financeiras, especialmente as voltadas para o desenvolvimento econômico e social da região Amazônica, opera e administra o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO (nota nº 20), o Fundo de Investimentos da Amazônia – Finam (nota nº 18) e é o agente operador do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA (nota nº 19).

2. Apresentação das informações trimestrais

As informações trimestrais foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis definidas pelas Leis nº 4.595/1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pela Lei nº 11.941/2009, e, também, em observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (Bacen) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

Visando à uniformização aos padrões contábeis internacionais, denominado International Financial Reporting Standards (IFRS), o Banco acompanha a emissão de pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que são adotados a partir da aprovação pelos órgãos reguladores das companhias abertas e instituições financeiras, que tornam sua aplicação obrigatória. Estão observados nas demonstrações contábeis do Banco as seguintes normas:

Resolução CMN nº 3.566/2008 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 R1);
Resolução CMN nº 3.604/2008 – Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 R2);
Deliberação CVM nº 557/2008 – Demonstração do Valor Adicionado (CPC 09);
Resolução CMN nº 3.750/2009 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 R1);
Resolução CMN nº 3.823/2009 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
Resolução CMN nº 3.973/2011 – Evento Subsequente (CPC 24);
Resolução CMN nº 3.989/2011 – Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 R1);
Resolução CMN nº 4.007/2011 – Políticas Contábeis, Mudança Estimativa e Retificação Erro (CPC 23);
Resolução CMN nº 4.144/2012 – Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00 R1);
Resolução CMN nº 4.424/2015 – Benefícios a empregados (CPC 33 R1);
Resolução CMN nº 4.534/2016 – Ativo intangível (CPC 04 R1);
Resolução CMN nº 4.535/2016 – Ativo imobilizado de uso (CPC 27).

As informações trimestrais - ITR foram aprovadas pela Administração em 07 de novembro de 2018.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Moeda funcional

As informações trimestrais estão apresentadas em reais, moeda funcional do Banco da Amazônia S.A.. Os ativos e passivos indexados ao dólar são convertidos pelas taxas correntes e o resultado dessas operações pelas taxas do dólar de fechamento das operações.

b) Critérios de reconhecimento dos resultados

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata die* e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

Os encargos com férias, licenças-prêmio e 13º salários são reconhecidos por competência mensal, segundo o período de aquisição, inclusive os encargos aplicáveis.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações no mercado aberto, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco sem expectativa de mudança significativa de valor e limites resgatáveis a qualquer momento (nota nº 4). Esses recursos

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Ativo e passivo (circulante e não circulante)

Os direitos e as obrigações pactuados com encargos financeiros pós-fixados são calculados *pro rata die*, de acordo com a variação dos respectivos indexadores e registrados a valor presente. Os direitos e as obrigações em moedas estrangeiras são ajustados às taxas cambiais ou índices oficiais da data do encerramento das informações trimestrais. Os contratados com encargos prefixados são registrados a valor futuro retificados por contas de “rendas a apropriar” ou “despesas a apropriar”.

e) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo seu valor de mercado. As aplicações em depósitos interfinanceiros são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data das informações trimestrais, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável (nota nº 5).

f) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, pertencentes à carteira própria do Banco, são registrados pelo valor efetivamente pago na aquisição, inclusive corretagens e emolumentos quando existentes. São classificados em função da intenção de permanência na carteira, na forma definida pela Circular Bacen nº 3.068/2001, e estão distribuídos em três categorias (nota nº 6):

Títulos para negociação: são os títulos adquiridos com a finalidade de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

Títulos disponíveis para venda: são os títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com a finalidade de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta ajuste de avaliação patrimonial do patrimônio líquido.

Títulos mantidos até o vencimento: são os títulos para os quais há a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e observáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados pela Anbima, B³ – Brasil Bolsa Balcão ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas, todas razoavelmente aderentes aos preços praticados.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular Bacen nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial no ativo circulante independente de suas datas de vencimento.

g) Operações de crédito, adiantamentos sobre contrato de câmbio e outros créditos e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados, para efeito de provisão para operações de crédito, de acordo com os parâmetros da Resolução CMN nº 2.682/1999, sendo os riscos das operações avaliados com base em critérios consistentes e observáveis, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos inerentes à operação, aos devedores e aos garantidores. As rendas a apropriar de créditos vencidos há mais de sessenta dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas (nota nº 7).

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos. A provisão para crédito de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas conforme as normas e instruções do Bacen, associadas a avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

Risco de Crédito (FNO): As operações de crédito realizadas com recursos do FNO, em razão de normativos legais,

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

não estão registradas no grupamento do ativo de operações crédito do Banco. Entretanto, o valor que corresponde a 50% do risco dessas operações (contratadas a partir de 01.12.1998) é do Banco, levando, assim, a necessidade de ser calculada e registrada em outras obrigações diversas, a provisão para operações de crédito (PCLD), de acordo com as regras da Res. CMN nº 2.682/1999.

h) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço ao Banco ocorrerão durante os períodos seguintes. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida em que forem sendo realizadas.

i) Ativo permanente

No Permanente, os Investimentos e os Outros Imobilizados de Uso foram avaliados pelo custo de aquisição. Os Imóveis de Uso próprio são apresentados pelo valor de avaliação (Nota nº 9.a e b). No Intangível, foram contabilizados direitos de uso de sistemas implantados ou em fase de implantação e que fazem parte do projeto de excelência tecnológica do Banco.

O intangível, se houver evidência objetiva de imparidade, tem seus valores recuperáveis testados, no mínimo, semestralmente, ou quando há indicação de perda de valor, definidos conforme os testes realizados pelas áreas técnicas e/ou gestoras (nota nº 9.c).

A depreciação e a amortização são computadas pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais: para edificações, são aplicadas taxas variáveis de acordo com a vida útil prevista nos laudos de avaliação; 10% para móveis e utensílios, instalação e sistemas de comunicação e segurança; e 20% para veículos, equipamentos de processamento de dados e intangíveis.

A Reserva de Reavaliação é realizada proporcionalmente à depreciação ou baixa dos bens reavaliados e seu registro retificado por provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos, segundo alíquotas vigentes, creditada na conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados. Esse critério será mantido, atendendo, assim, às orientações emanadas do CMN, através da Resolução CMN nº 3.565/2008.

j) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável. A partir do exercício de 2008, esse procedimento passou a ser realizado anualmente. Se houver indicação de desvalorização, com base em fontes internas e externas de informação, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na demonstração do resultado.

k) Depósitos e captações no mercado aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die* (nota nº 10).

l) Benefícios a empregados

Os benefícios pós-emprego concedidos pelo Banco correspondem à complementação de aposentadoria e auxílio saúde e são avaliados trimestralmente de acordo com os critérios estabelecidos na Deliberação CVM nº 695/2012 (nota nº 25).

m) Tributos

As provisões para o Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS/Pasep e Cofins, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo (nota nº 16):

Imposto de renda	15%
Adicional de imposto de renda	10%
Contribuição social sobre o lucro – até agosto/2015	15%
Contribuição social sobre o lucro – a partir de setembro/2015 ⁽¹⁾	20%
PIS/Pasep	0,65%
Cofins	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

⁽¹⁾ A partir de janeiro de 2019, a alíquota voltará a ser 15%. Para as demais empresas não financeiras, a alíquota de CSLL corresponde a 9%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterada pela Resolução CMN n.º 3.355/2006, e estão suportados por estudo de capacidade de realização (nota n.º 16).

n) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – fiscais e previdenciárias

Ativos e Passivos contingentes referem-se ao reconhecimento de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, pela Deliberação CVM n.º 594/2009 e Resolução CMN n.º 3.823/2009.

A provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas é registrada nas informações trimestrais quando baseada na opinião de assessores jurídicos e for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

- Método massificado: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico. Abrange os processos do tipo judicial de natureza cível ou trabalhista com valor provável de condenação, estimado pelos assessores jurídicos de até R\$1.000.

- Método individualizado: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial (nota n.º 14.b).

Obrigações legais, fiscais e previdenciárias decorrem de obrigações tributárias previstas na legislação, que independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas informações trimestrais (nota n.º 13.a).

Os depósitos recursais em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente (nota n.º 14.a).

As penhoras judiciais são baixadas da respectiva provisão e não são ativadas em face da remota possibilidade de recuperação (menos de 3%).

o) Demonstração do valor adicionado

O Banco elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das informações trimestrais.

p) Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem as informações trimestrais é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período e a data na qual é autorizada a emissão dessas informações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

1. os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as informações trimestrais, e;
2. os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as informações trimestrais.

Não houve evento subsequente relevante para as informações trimestrais relativas ao período findo em 30 de setembro de 2018.

q) Uso de estimativas

A elaboração das informações trimestrais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, principalmente, o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e provisão para benefícios pós-emprego. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados. A Administração do Banco revisa periodicamente essas estimativas e premissas.

r) Lucro por ação

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM n.º 636/2010. O lucro do Banco é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações ordinárias totais (nota n.º 15.e). O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30.09.2018	31.12.2017
Disponibilidades	46.323	43.291
Disponibilidade em moeda nacional	43.460	39.945
Disponibilidade em moeda estrangeira	2.863	3.346
Aplicações interfinanceiras de liquidez (*)	2.419.969	2.201.814
Aplicações no mercado aberto	2.419.969	2.201.814
Total	2.466.292	2.245.105

(*) Referem-se às aplicações com vencimentos, na data da efetiva aplicação, iguais ou inferiores a 90 dias, sem expectativa de mudança significativa de valor e resgatáveis a qualquer momento.

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

	30.09.2018	31.12.2017
Aplicações no mercado aberto	2.419.969	2.201.814
Posição Bancada	2.419.969	2.201.814
Letras financeiras do tesouro	277.585	345.799
Letras do tesouro nacional	159.999	150.000
Notas do tesouro nacional	1.982.385	1.706.015
Aplicações em depósitos interfinanceiros	157.212	175.407
Certificados de depósitos interfinanceiros	189.486	207.681
Provisão para perdas aplicações dep. interfinanceiros	(32.274)	(32.274)
Total	2.577.181	2.377.221

A Provisão para perdas em aplicações em depósitos interfinanceiros, no valor de R\$32.274 (R\$32.274 em 31.12.2017), corresponde ao total aplicado junto ao extinto Banco Santos. A provisão foi constituída pelo valor integral em face da intervenção e liquidação.

As receitas com aplicações interfinanceiras de liquidez totalizaram, no período findo em 30 de setembro de 2018, R\$122.413 (R\$126.181 em 2017) e estão registradas como rendas de TVM.

6. Títulos e valores mobiliários

a) A carteira de títulos e valores mobiliários está distribuída da seguinte forma:

	30.09.2018	31.12.2017
Carteira própria - livres	11.309.592	9.410.839
Títulos Públicos	9.496.667	7.962.672
Letras Financeiras do Tesouro	8.493.576	6.921.147
Letras do Tesouro Nacional	97.561	92.746
Notas do Tesouro Nacional	701.694	724.960
Certificados Financeiros do Tesouro	203.836	223.819
Títulos Privados	1.812.925	1.448.167
Debêntures	603.346	398.038
Cotas de Fundos de Investimento-FIDC	39.814	40.197
Cotas de Fundos de Investimento-Renda Fixa	75.324	43.065
Cotas de Fundos de Investimento-FI REF	1.064	1.366
Letras Financeiras	1.093.377	965.501
Vinculados a operações compromissadas	105.252	105.360
Títulos Públicos	105.252	105.360
Letras Financeiras do Tesouro	105.252	105.360

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Vinculados à prestação de garantias	30.592	29.000
Títulos Públicos	30.592	29.000
Letras Financeiras do Tesouro	30.592	29.000
Total	11.445.436	9.545.199
Circulante	1.167.118	519.520
Não circulante	10.278.318	9.025.679

A composição da Carteira de TVM é resultante da política financeira adotada pelo Banco por meio de seu Comitê de Ativos e Passivos. A maior contribuição está representada pelos títulos públicos correspondendo a 84,2% do total da Carteira (84,8% em 31.12.2017).

Dos títulos relacionados à prestação de garantias, R\$28.199 (R\$26.902 em 31.12.2017) estão vinculados às câmaras de compensação, B³ - Brasil, Bolsa, Balcão e Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP) e R\$2.393 (R\$2.098 em 31.12.2017) em garantia de processos judiciais.

Classificação dos títulos e valores mobiliários

a.1) Quanto ao vencimento

	30.09.2018						TOTAL
	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima 15 anos	
1-Títulos para negociação⁽¹⁾	-	-	-	313.439	-	-	313.439
Títulos Públicos	-	-	-	313.439	-	-	313.439
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	313.439	-	-	313.439
2-Títulos Disponíveis p/ venda	17.727	835.952	3.104.701	5.234.240	966.983	245.225	10.404.828
Títulos Públicos	-	205.894	2.539.798	4.765.208	912.166	168.837	8.591.903
Letras Financeiras do Tesouro	-	108.333	2.539.798	4.765.208	902.642	-	8.315.981
Letras do Tesouro Nacional	-	97.561	-	-	-	-	97.561
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	9.524	168.837	178.361
Títulos Privados	17.727	630.058	564.903	469.032	54.817	76.388	1.812.925
Debêntures	-	12.842	108.166	469.032	13.306	-	603.346
Cotas Fundos Invest.-FIDC ⁽²⁾	-	9.814	30.000	-	-	-	39.814
Cotas Fundos Invest.-R. Fixa	-	-	-	-	-	75.324	75.324
Cotas Fundos Invest.-FI REF	-	-	-	-	-	1.064	1.064
Outros Títulos - LF/NP	17.727	607.402	426.737	-	41.511	-	1.093.377
3-Títulos Mantidos até o vencimento	-	-	15	203.836	265.311	258.007	727.169
Títulos Públicos	-	-	15	203.836	265.311	258.007	727.169
Notas do Tesouro Nacional	-	-	15	-	265.311	258.007	523.333
Certificados Financeiros do Tesouro	-	-	-	203.836	-	-	203.836
Total 30.09.2018	17.727	835.952	3.104.716	5.751.515	1.232.294	503.232	11.445.436
Total 31.12.2017	87.799	132.581	2.978.242	3.687.792	2.146.906	511.879	9.545.199

(1) Para fins de publicação, os títulos denominados para negociação são apresentados apenas no ativo circulante, conforme parágrafo único do art. 7º da Circular nº 3.068/2001.

(2) Valor líquido de provisão (nota nº 6.a.2).

a.2) Quanto aos ajustes

	30.09.2018			31.12.2017		
	Custo	Mercado	Marcação	Custo	Mercado	Marcação
Para negociação	313.165	313.439	274	298.672	299.140	468
Letras Financeiras do Tesouro	313.165	313.439	274	298.672	299.140	468
Disponíveis para venda	10.393.791	10.398.078	4.287	8.467.105	8.489.639	22.534
Letras Financeiras do Tesouro	8.314.023	8.315.981	1.958	6.751.036	6.756.367	5.330
Letras do Tesouro Nacional	96.156	97.561	1.405	88.575	92.746	4.172
Notas do Tesouro Nacional	170.972	171.254	282	179.449	192.003	12.554

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Debêntures	602.704	603.346	642	397.560	398.038	478
Cotas Fundos Invest.– FIDC	40.171	40.171	-	40.553	40.553	-
Cotas Fundos de Invest.– Renda Fixa	75.324	75.324	-	43.065	43.065	-
Cotas Fundos Invest.– FI REF	1.064	1.064	-	1.366	1.366	-
Outros Títulos Privados – LF	1.093.377	1.093.377	-	965.501	965.501	-
Mantidos até o vencimento	717.894	-	-	728.810	-	-
Notas do Tesouro Nacional	514.058	-	-	504.991	-	-
Certificados Fin. do Tesouro	203.836	-	-	223.819	-	-

Do total aplicado em Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), há o montante de R\$76 aplicado no fundo administrado pelo Banco BVA (R\$443 em 31.12.2017), para o qual foi constituída uma provisão sobre 50% do valor do custo do título na época da aquisição no montante de R\$357 (R\$357 em 31.12.2017) para eventual perda que possa ocorrer devido à intervenção do Banco Central no administrador do Fundo, apesar de não existirem atrasos nos vencimentos dos juros.

Para fins contábeis, os títulos mantidos até o vencimento estão registrados à curva. Caso fossem marcados a mercado, teriam um ajuste positivo de R\$108.345 (ajuste positivo de R\$94.848 em 31.12.2017).

Do total das CFTs, o montante de R\$195.425 (R\$214.584 em 31.12.2017) foi recebido pelo Banco no Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais instituído pela Medida Provisória nº 2.196, de 28 de junho de 2001, que contemplou a permuta por títulos dos créditos existentes junto à União dos financiamentos celebrados ao amparo da Lei nº 8.727, de 05 de novembro de 1993. Caso estivessem marcadas a mercado apresentariam uma valorização de R\$99.670 (valorização de R\$57.708 em 31.12.2017).

Quanto às demais CFT's, no montante de R\$8.411, pertencentes à carteira própria do Banco, caso estivessem marcadas a mercado apresentariam uma valorização de R\$4.290 (valorização de R\$2.484 em 31.12.2017).

Caso as NTN's estivessem marcadas a mercado apresentariam uma valorização de R\$4.386 (R\$34.656 em 31.12.2017).

No período, não houve reclassificação entre categorias nos títulos e valores mobiliários.

a.3) Marcação a mercado (títulos disponíveis para venda)

Os ganhos e perdas não realizados no período relativos a títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, estão abaixo apresentados:

	30.09.2018	31.12.2017
Desvalorização	(213.175)	(187.726)
Valorização	217.462	210.260
Total	4.287	22.534

a.4) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	3º trim./2018	3º trim./2017	01.01 a 30.09.2018	01.01 a 30.09.2017
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	43.156	40.480	122.413	126.181
Títulos de Renda Fixa	189.687	200.281	534.246	618.700
Aplicação Fundos de Investimentos	907	980	2.259	3.244
Lucros com Títulos de Renda Fixa	863	416	2.259	955
Prejuízo com Títulos de Renda Fixa	-	(1)	(698)	(149)
Ajuste ao Valor de Mercado	(24)	93	(194)	735
Total	234.589	242.249	660.285	749.666

7 Operações de crédito

As operações de crédito e outros créditos, classificadas de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999 estão compostas da seguinte forma:

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30.09.2018			31.12.2017		
	A vencer	Vencidas	Total	A vencer	Vencidas	Total
Operações de crédito						
Empréstimos	865.707	65.943	931.650	947.143	74.665	1.021.808
Direitos cred. descontados	20.496	572	21.068	25.270	1.943	27.213
Financiamentos	1.024.721	42.451	1.067.172	1.007.856	47.382	1.055.238
Financiamentos rurais	937.886	83.304	1.021.190	958.262	52.700	1.010.962
Subtotal	2.848.810	192.270	3.041.080	2.938.531	176.690	3.115.221
Outros créditos	-	-	-	79	-	79
Diversos	-	-	-	79	-	79
Subtotal	2.848.810	192.270	3.041.080	2.938.610	176.690	3.115.300
Adiant. s/ contrato câmbio	43.567	-	43.567	46.546	5.644	52.190
Total da carteira	2.892.377	192.270	3.084.647	2.985.156	182.334	3.167.490
(Provisões)						
(Operações de crédito)	(139.765)	(90.184)	(229.949)	(125.978)	(88.578)	(214.556)
(Outros créditos)	-	-	-	(1)	-	(1)
(Câmbio)	(253)	-	(253)	(217)	(1.693)	(1.910)
Total das provisões	(140.018)	(90.184)	(230.202)	(126.196)	(90.271)	(216.467)
Total líquido	2.752.359	102.086	2.854.445	2.858.960	92.063	2.951.023

a) Quanto aos setores de atividade econômica, a carteira está assim apresentada:

	30.09.2018	31.12.2017
Setor Público	252.505	322.690
Administração direta	19.939	31.331
Administração indireta	129.224	135.215
Atividades empresariais	103.342	156.144
Setor Privado	2.832.142	2.844.800
Rural	1.021.840	1.011.076
Indústria	808.501	637.462
Comércio	511.111	708.824
Pessoas físicas	211.760	230.653
Serviços	277.042	256.730
Intermediários financeiros	1.888	55
Total da carteira	3.084.647	3.167.490

b) Concentração dos principais devedores:

	30.09.2018	% Carteira	31.12.2017	% Carteira
10 maiores devedores	1.138.554	36,9	1.169.604	36,9
50 maiores devedores	633.584	20,5	698.056	22,1
100 maiores devedores	255.999	8,3	237.759	7,5
Demais devedores	1.056.510	34,3	1.062.071	33,5
Total	3.084.647	100,0	3.167.490	100,0

Estes créditos apresentam o perfil especificado a seguir e são classificados de acordo com o critério de vencimento de parcelas, os valores de outros créditos não são considerados no quadro:

c) Operações a vencer

	Até 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	acima de 360 dias	total da carteira
AA	314.776	460	219	110.161	27.570	36.501	489.687
A	267.444	161.789	40.317	95.795	294.824	84.796	944.965
B	392.521	26.521	58.251	28.779	131.167	93.904	731.143
C	155.819	11.632	30.966	80.092	39.527	142.493	460.529
D	11.821	2.237	9.718	9.491	8.802	810	42.879
E	21.018	1.155	289	365	127.765	2.163	152.755
F	1.884	1.019	153	469	651	201	4.377
G	384	12.844	159	121	419	3	13.930
H	39.621	1.642	221	2.498	6.643	1.487	52.112
Total 30.09.2018	1.205.288	219.299	140.293	327.771	637.368	362.358	2.892.377
Total 31.12.2017	1.095.356	387.229	78.582	483.232	613.489	327.268	2.985.156

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Operações vencidas

	Até 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	acima de 360 dias	total da carteira
B	28.207	1.119	-	-	-	-	29.326
C	11.714	7.890	10.140	430	47	189	30.410
D	1.525	3.211	6.446	3.285	67	16	14.550
E	1.439	3.245	691	19.402	1.017	95	25.889
F	720	831	990	4.930	4.161	-	11.632
G	1.093	1.272	118	6.837	12.382	41	21.743
H	2.524	12.679	2.822	7.812	28.930	3.953	58.720
Total 30.09.2018	47.222	30.247	21.207	42.696	46.604	4.294	192.270
Total 31.12.2017	29.862	21.293	13.584	56.841	49.882	10.872	182.334

e) Composição das operações de crédito e da provisão para créditos de liquidação duvidosa

A classificação da carteira de operações de crédito e outros créditos e a provisão para operações de crédito, estão demonstradas nos nove níveis de risco, conforme a seguir:

30.09.2018	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Setor privado	469.877	944.965	527.901	490.939	57.428	178.645	16.012	35.672	110.703	2.832.142
Rural	68.629	518.651	213.365	105.234	36.823	21.843	8.665	18.043	30.587	1.021.840
Indústria	349.786	80.259	17.814	219.985	4.260	129.239	235	2.013	4.910	808.501
Comércio	18.333	122.157	159.258	114.987	8.797	20.136	3.898	12.649	50.896	511.111
Pessoas físicas	2.415	98.980	36.852	46.009	7.024	6.201	2.362	2.308	9.609	211.760
Serviços	30.714	124.883	98.759	4.724	524	1.226	852	659	14.701	277.042
Intermediários financeiros	-	35	1.853	-	-	-	-	-	-	1.888
Setor público	19.810	-	232.566	-	-	-	-	-	129	252.505
Total da carteira	489.687	944.965	760.467	490.939	57.428	178.645	16.012	35.672	110.832	3.084.647
Percentual requerido	-	0,5	1,0	3,0	10,0	30,0	50,0	70,0	100,0	-
Prov. requerida/constituída	-	(4.725)	(7.605)	(14.728)	(5.743)	(53.593)	(8.006)	(24.970)	(110.832)	(230.202)
31.12.2017										
Total da carteira	517.005	1.131.667	1.020.227	136.916	47.054	149.044	17.365	32.710	115.502	3.167.490
Prov. requerida/constituída	-	(5.658)	(10.202)	(4.107)	(4.705)	(44.713)	(8.683)	(22.897)	(115.502)	(216.467)

A Resolução CMN nº 2.682/1999, em seu art. 6º, determina o nível mínimo de provisão que as Instituições Financeiras (IF) devem constituir para fazer frente a prováveis perdas decorrentes do não cumprimento das obrigações financeiras por parte do tomador do crédito.

f) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para operações de crédito e outros créditos apresentou a seguinte movimentação:

	01.01 a 30.09.2018	01.01 a 30.09.2017
Saldo no início do período	(216.467)	(202.205)
Provisões constituídas	(107.387)	(183.133)
Valores baixados para prejuízo	93.647	128.126
Reversões	5	2
Saldo no final do período	(230.202)	(257.210)

O saldo acumulado de operações de crédito baixado, controlado em conta de compensação, corresponde a R\$1.202.693 (R\$1.132.202 em 31.12.2017).

A recuperação de créditos baixados como prejuízo totalizou R\$26.248 (R\$10.267 em 2017).

g) Receitas de Operações de Crédito

	3º trim./2018	3º trim./2017	01.01 a 30.09.2018	01.01 a 30.09.2017
Empréstimos	36.067	44.455	105.202	143.747
Direitos creditórios descontados	1.743	1.820	5.069	6.182
Financiamentos	41.327	30.254	120.217	110.018
Financiamentos rurais	21.436	20.877	63.672	64.393
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	12.861	2.380	26.248	10.267
Total	113.434	99.786	320.408	334.607

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

h) Operações Renegociadas e Recuperadas

	3º trim./2018	3º trim./2017	01.01 a 30.09.2018	01.01 a 30.09.2017
Renegociadas (*)	25.467	70.412	219.894	222.231
Carteira Comercial	9.837	54.516	145.271	112.770
Carteira de Fomento	15.630	15.896	74.623	109.461
Recuperadas	12.861	2.380	26.248	10.267
Carteira Comercial	5.072	1.365	13.500	6.339
Carteira de Fomento	7.789	601	11.969	3.499
Outros – FNO	-	414	779	429

(*) Representa o saldo renegociado, no período, das operações de crédito.

8 Outros créditos

Os Outros créditos estão formados pelos valores demonstrados a seguir:

	30.09.2018	31.12.2017
Carteira de câmbio	49.016	53.563
Rendas a receber	56.893	71.665
Diversos	1.412.081	1.360.525
Crédito tributário (nota nº 16.c)	1.335.711	1.237.061
Títulos e créditos a receber	597	23.025
Capaf	175.741	175.741
(-) Provisão ativos atuariais - Capaf	(175.741)	(175.741)
Contrato TI	21.705	21.705
(-) Provisão - Contrato TI	(21.699)	-
Outros	591	1.319
Remuneração OGU	555	1.284
Diversos	36	35
Devedores por compra de valores e bens	-	79
Devedores por depósito em garantia (nota nº 14.a)	47.773	44.167
Devedores para apuração de responsabilidades	16.185	13.100
(-) Provisão para apuração de responsabilidades	(16.185)	-
Impostos e contribuições a compensar	211	70
Pagamentos a ressarcir	14.501	15.084
Bônus de adimplência OGU/STN/FAT	3.578	1.931
Saque a ressarcir rede compartilhada	575	575
Equalização – STN/FDA	1.587	2.089
Suprimento 24 Horas	5.781	5.012
Rebates	1.839	1.839
Tributos federais recolhidos a compensar	38	1.333
Antecipação de PLR	-	1.186
Outros pagamentos	1.103	1.119
Devedores diversos	13.200	27.082
Adiantamentos para pagamentos	88	25
Adiantamentos e antecipações salariais	-	832
Provisão para outros créditos	(253)	(1.911)
Total	1.517.737	1.483.842
Circulante	370.255	390.063
Não circulante	1.147.482	1.093.779

De acordo com o termo aditivo de instrumento particular, celebrado em 22 de dezembro de 2005, o Banco possui registrado na rubrica “Outros Créditos” o montante de R\$175.741 (R\$175.741 em 31.12.2017), decorrente de aportes efetuados a maior para o Plano de Benefício Misto e ações judiciais que o Banco vem honrando, que serão utilizados no equacionamento do déficit atuarial originado pelo Plano de Benefício Definido. Em razão da incerteza quanto à realização, foi constituída provisão total desse ativo. O valor original e os ajustes efetuados foram adicionados/excluídos na base do IRPJ e CSLL. O respectivo crédito tributário está ativado.

O valor registrado na conta Títulos e Créditos a Receber – Tecnologia, no valor de R\$21.705 (R\$21.705 em 31.12.2017) corresponde ao compromisso assumido por empresa prestadora de serviços de TI, conforme contrato

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

“Termo de acordo, composição e ajuste”. Em razão da incerteza quanto ao recebimento vinha sendo mantida provisão classificada como passivo contingente, porém, para melhor adequação contábil essa provisão foi reclassificada para uma conta redutora desse ativo.

O saldo de Devedores para apuração de responsabilidades, no valor de R\$16.185 (R\$13.100 em 31.12.2017), corresponde ao registro de valores provenientes de fraudes internas e externas, falhas humanas e de sistemas operacionais. Em razão da incerteza de recebimento, o Banco adota como política o provisionamento integral dessas ocorrências que estavam classificadas no passivo contingente. Neste período, para melhor adequação contábil, essa provisão foi reclassificada para conta redutora desses ativos, anteriormente registrada na conta passiva de outras obrigações.

9 Ativo Permanente

	30.09.2018	31.12.2017
a) Investimentos		
Incentivos fiscais	1.456	1.456
(-) Provisão p/ perdas em invest. p/ inc. fiscais	(1.358)	(1.358)
Títulos patrimoniais	126	126
Outros	43	43
Total	267	267

b) Imobilizado de uso

	30.09.2018	31.12.2017
Imóveis de uso	63.174	62.466
Terrenos	2.664	2.664
Edificações	60.510	59.802
Reavaliações de Imóveis de uso	48.029	48.029
Reavaliações de terrenos	13.095	13.095
Reavaliações de edificações	34.934	34.934
Outras imobilizações de uso	188.317	198.924
Móveis e equipamentos em estoque	1.178	2.894
Imobilizações em curso	25.094	34.064
Instalações, móveis e equipamentos de uso	61.505	63.669
Instalações	8.634	7.797
Móveis e equipamentos de uso	52.871	55.872
Outras	100.540	98.297
Sistema de comunicação	1.415	1.596
Sistema de processamento de dados	90.300	89.665
Sistema de segurança	8.345	6.556
Sistema de transporte	480	480
(-) Depreciações acumuladas	(145.468)	(143.743)
Total	154.052	165.676

c) Intangível ⁽¹⁾

	30.09.2018	31.12.2017
Software desenvolvido e em desenvolvimento	336.732	299.875
(-) Amortização Acumulada	(144.633)	(125.164)
Total	192.099	174.711

Total permanente

	346.418	340.654
--	----------------	----------------

⁽¹⁾ Estão registrados nesse grupamento licenças de uso e software desenvolvido e em desenvolvimento que são parte do Projeto Excelência Tecnológica (PET) do Banco, bem como novas aquisições e desenvolvimentos de outros softwares, enquadrados nas definições da Lei nº 11.638/2007, e da Resolução do CMN nº 4534/2016.

A Administração entende que não há evidências de que esses bens estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do Ativo permanente no período está demonstrada abaixo:

	Saldos em 31.12.2017	Adições (Inversões)	Baixas (Alienação)	Depreciação/ Amortização	Saldos em 30.09.2018
Investimentos	267	-	-	-	267
Imobilizado de uso	165.676	5.553	(557)	(16.620)	154.052
Intangível	174.711	37.703	(846)	(19.469)	192.099
Total	340.654	43.256	(1.403)	(36.089)	346.418

	Saldos em 31.12.2016	Adições (Inversões)	Baixas (Alienação)	Depreciação/ Amortização	Saldos em 30.09.2017
Investimentos	267	-	-	-	267
Imobilizado de uso	166.017	12.190	(1.325)	(16.000)	160.882
Intangível	145.456	36.638	(314)	(12.253)	169.527
Total	311.740	48.828	(1.639)	(28.253)	330.676

A Resolução CMN nº 2.669/1999 estabeleceu o limite de 50% do Patrimônio de Referência ajustado, a partir de dezembro/2002, para o índice de imobilização. O Banco encontra-se enquadrado, conforme demonstrado a seguir:

	30.09.2018	31.12.2017
Limite para Imobilização	1.208.147	1.256.445
(-) Situação	(154.193)	(254.262)
Margem	1.053.954	1.002.183
Índice de imobilização	6,4%	10,1%

Com a vigência da Resolução CMN nº 4.192/2013, foi procedida a revisão quanto à apuração do limite para imobilização, a partir de fevereiro de 2014, deixando de ser considerados, na base de cálculo, os ativos intangíveis relativos à prestação de serviços registrados até 31.12.2009.

10 Depósitos e captações no mercado aberto

a) Os depósitos estão distribuídos conforme a seguir:

	Até 3 meses	03 a 12 meses	Acima 12 meses	Total em 30.09.2018	Total em 31.12.2017
À Vista	836.760	-	-	836.760	704.225
Poupança	573.826	-	-	573.826	518.266
Interfinanceiros	-	11.229	-	11.229	22.631
A Prazo	1.695.551	485.820	527.224	2.708.595	2.313.706
A prazo	330.619	484.082	524.467	1.339.168	1.277.028
Judiciais com remuneração	71.624	-	-	71.624	68.241
Especiais com remuneração	1.293.308	1.738	2.757	1.297.803	968.437
Sudam ⁽¹⁾	849.825	-	-	849.825	561.682
Finam	416.457	-	-	416.457	395.355
FAT (nota nº 21)	2.757	1.738	2.757	7.252	10.672
FDA	23.889	-	-	23.889	-
Outros	380	-	-	380	728
Total	3.106.137	497.049	527.224	4.130.410	3.558.828
Circulante				3.603.186	3.214.441
Não circulante				527.224	344.387

⁽¹⁾ Trata-se de benefício fiscal, instituído pelo Governo Federal, que permite as empresas beneficiárias depositarem no Banco da Amazônia S.A o valor da parcela correspondente a 30% do IR devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela de recursos próprios, relativa 50% dos 30% do IRPJ devido. Os depósitos do incentivo, inclusive recursos próprios, serão feitos nas datas de pagamento do imposto, nos prazos indicados de acordo com o parágrafo 1º, do art. 115 da IN RFB nº 267 de 23 de dezembro de 2002.

b) As captações no mercado aberto, pertencentes à carteira própria do Banco, totalizaram R\$104.989 (R\$105.001 em 31.12.2017), foram negociadas ao longo do período a uma taxa média anualizada de 6,4% (10,1% em

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

31.12.2017) e estavam lastreadas por títulos do Governo Federal (LFT), sendo suas operações efetuadas no curto prazo.

c) Despesas de captações no mercado:

	3º trim./2018	3º trim./2017	01.01 a 30.09.2018	01.01 a 30.09.2017
Despesas de captações c/ depósitos	(50.163)	(61.922)	(148.486)	(204.840)
A prazo	(20.045)	(27.576)	(59.106)	(93.396)
Poupança	(6.282)	(7.560)	(20.089)	(24.256)
Especiais	(18.213)	(16.027)	(49.987)	(51.097)
Interfinanceiros	(188)	(228)	(578)	(2.105)
Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)	(3.480)	(8.359)	(12.319)	(27.215)
Judiciais	(1.041)	(1.063)	(3.114)	(3.554)
Fundo Garantidor de Créditos	(914)	(1.109)	(3.293)	(3.217)
Desp. de captações mercado aberto	(1.690)	(2.274)	(4.991)	(11.946)
Carteira própria	(1.690)	(2.274)	(4.991)	(11.946)
Total	(51.853)	(64.196)	(153.477)	(216.786)

A Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) é uma modalidade de aplicação financeira que tem os valores remunerados mediante ofertas de taxas prefixadas ou flutuantes, disponibilizada aos clientes do Banco desde março de 2015.

11 Obrigações por empréstimos

Os empréstimos tomados no exterior, cujo montante em 30 de setembro de 2018 é de R\$49.576 (R\$53.974 em 31.12.2017), com vencimento no curto prazo, referem-se, basicamente, à captação de recursos para financiamento à exportação, sobre os quais incidem encargos fixos à taxa média de 3,8% a.a. (3,6% a.a. em 31.12.2017) e variação cambial da moeda a que estão vinculados (dólares norte-americanos), com vencimento em até 12 meses, e cartas de crédito de importação que são registradas à taxa do dia e reajustadas pela variação cambial no final do mês.

12 Obrigações por repasses

a) Obrigações por repasses do país – Instituições oficiais

Estão representadas por financiamentos e repasses oriundos de órgãos governamentais, tais como: Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e outros, com prazo de liquidação e encargos financeiros médios assim especificados:

	30.09.2018			31.12.2017		
	Taxa % a.a.	Prazo (ano)	Valores	Taxa % a.a.	Prazo (ano)	Valores
BNDES Finem	2,1	7,36	30.175	2,2	8,72	33.497
BNDES Industrial	7,0	16,09	245.131	7,0	18,01	258.915
BNDES Rural	4,4	7,01	228.810	4,4	7,25	174.526
BNDES Comércio	4,8	9,15	93.013	4,5	10,73	85.141
BNDES Serviços	6,8	7,31	13.537	6,8	9,29	14.868
Finep	1,5	8,92	672	1,5	9,71	998
Finame Industrial	2,2	4,72	27.283	2,2	5,50	32.131
Finame Rural	2,7	5,28	66.958	2,7	5,91	78.042
Finame Comércio	3,7	5,41	9.198	3,5	6,19	10.598
Finame Serviços	2,3	3,29	36.536	2,2	4,03	50.410
STN OGU	1,1	1,50	27.204	1,3	1,01	28.186
STN – Securitizada	-	-	-	-	-	214
Total	-	-	778.517	-	-	767.526
Circulante			127.022			118.784
Não circulante			651.495			648.742

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As garantias contratuais podem ser reais, avais, fianças e outras, dependendo da natureza das operações. As garantias contratuais foram divulgadas na nota nº 30.

As operações com recursos de repasses apresentam a seguinte classificação por prazo de vencimento e recursos:

	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 365 dias	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Total
BNDES Finem	369	570	857	1.711	6.844	6.667	13.157	30.175
BNDES Industrial	2.287	3.217	1.528	12.191	35.832	35.413	154.663	245.131
BNDES Rural	0	3.297	0	16.539	121.092	71.250	16.632	228.810
BNDES Comércio	1.173	3.385	1.245	11.061	30.866	17.480	27.803	93.013
BNDES Serviços	238	410	205	1.640	4.922	4.895	1.227	13.537
Finem	7	13	19	39	154	154	286	672
Finame Industrial	570	1.171	1.682	3.353	11.770	6.994	1.743	27.283
Finame Rural	1.938	3.017	64	5.318	60	0	56.561	66.958
Finame Comércio	174	364	530	1.018	3.121	2.664	1.327	9.198
Finame Serviços	1.438	3.420	4.779	9.671	11.541	4.850	837	36.536
STN OGU	25.738	385	162	229	679	5	6	27.204
Total 30.09.2018	33.932	19.249	11.071	62.770	226.881	150.372	274.242	778.517
Total 31.12.2017	32.540	16.772	12.252	57.219	203.675	138.739	306.329	767.526

b) Despesas de Obrigações para empréstimos e repasses

	3º trim/2018	3º trim/2017	01.01 a 30.09.2018	01.01 a 30.09.2017
Tesouro Nacional	(8)	(9)	(66.439)	(4.169)
BNDES	(12.305)	(8.808)	(29.838)	(25.995)
Finame	(998)	(1.238)	(3.183)	(3.819)
Finem	(6)	(12)	(21)	(36)
Com banqueiros no exterior	(3.678)	(933)	(13.275)	(5.327)
Repasses do Exterior	-	-	-	(2)
Total	(16.995)	(11.000)	(112.756)	(39.348)

Como agente financeiro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Banco possui registrado no Orçamento Geral da União (OGU), o montante de R\$27.204 (R\$28.186 em 31.12.2017).

No período, foram repassados pelo Tesouro R\$700 (R\$897 em 2017). Esses recursos são remunerados, enquanto disponíveis, pela taxa média Selic e são recolhidos ao Tesouro Nacional no último dia útil de cada decêndio, sendo a base de cálculo os saldos diários dos depósitos existentes no decêndio imediatamente anterior. No período, foi recolhido ao Tesouro Nacional R\$16 (R\$43 em 2017) e registrado como taxa de administração dos recursos do OGU o valor de R\$1.220 (R\$1.275 em 2017).

13 Outras obrigações

As Outras obrigações estão formadas pelos valores demonstrados abaixo:

	30.09.2018	31.12.2017
Cobrança e Arrecadação	19.164	1.946
Câmbio	126	143
Sociais e estatutárias	3.680	23.913
Fiscais e previdenciárias (nota nº 13.a)	195.254	227.664
Fundos financeiro e de desenvolvimento (nota nº 13.b)	6.882.878	5.284.069
Diversas (nota nº 13.c)	2.713.978	2.562.389
Passivos atuariais (nota nº 13.d)	975.196	1.003.227
IECP (nota nº 13.e)	999.999	1.034.214
Total	11.790.275	10.137.565
Circulante	7.674.761	6.073.341
Não circulante	4.115.514	4.064.224

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os itens mais relevantes que compõem o grupo de outras obrigações estão a seguir demonstrados:

a) Fiscais e previdenciárias

	30.09.2018	31.12.2017
Provisão p/ impostos e contribuições s/ lucros	164.077	182.112
Impostos e contribuições a recolher	22.626	29.835
Provisão p/ impostos e contribuições diferidos	8.551	15.717
Total	195.254	227.664
Circulante	23.288	30.496
Não circulante	171.966	197.168

b) Fundos financeiros e de desenvolvimento

	30.09.2018	31.12.2017
Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) ^(b) (nota nº 20)	6.541.319	4.971.889
Marinha Mercante (FMM) (nota nº 22)	214.820	186.640
De Desenvolvimento da Amazônia (FDA) (nota nº 19)	126.661	125.462
Outros	78	78
Total	6.882.878	5.284.069
Circulante	6.681.148	5.108.783
Não circulante	201.730	175.286

⁽¹⁾ Os saldos diários das disponibilidades do FNO são remunerados com base na taxa extra-mercado divulgada pelo Bacen (nota nº 20), não apresentando vencimento.**c) Diversas**

	30.09.2018	31.12.2017
Cheques administrativos	6.279	1.467
Obrigações por aquisição de bens e direitos	63.209	70.075
Obrigações por convênios oficiais	6.083	4.012
Obrigações por prestação de serviços	-	11
Provisão para pagamentos a efetuar	87.594	80.658
Provisão para demandas judiciais	940.174	943.339
Ações trabalhistas (Indenizações) (nota nº 14.f)	112.046	82.347
Ações cíveis (nota nº 14.f)	77.486	67.200
Ações fiscais (nota nº 14.f)	8.952	1.131
Contratos onerosos – Planos Saldados (nota nº 25.b)	703.767	722.081
Plano BD	580.716	593.536
Plano Misto	123.051	128.545
Outras contingências (nota nº 14.f)	37.923	70.580
Provisão para apuração responsabilidades (nota nº 8)	-	13.100
Provisão Contrato TI (nota nº 8)	-	21.699
Desvalorização de bens	349	349
Ações trabalhistas (Capaf)	37.574	35.432
Provisão para garantias financeiras prestadas	1.561.003	1.404.829
FNO Rural/Industrial (nota nº 20)	1.350.881	1.217.927
FDA (nota nº 19)	9.553	9.477
Cessão de crédito – lei nº 9.138/1995	200.564	177.420
Fundo de Invest. e Desenv. do Estado de Rondônia (Fider)	5	5
Credores diversos	49.636	57.998
Parcelas de operações de crédito- Securitização	24.738	23.877

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Levantamento de depósitos recursais	6.566	4.537
Demais	18.332	29.584
Total	2.713.978	2.562.389
Circulante	871.855	797.111
Não circulante	1.842.123	1.765.278

Cessão de Crédito - lei nº 9.138/1995: corresponde ao provisionamento do saldo das operações que também contemplam parcelas vencidas dos mutuários, cuja corresponsabilidade é do Banco. O saldo destas operações, encontra-se registrado na conta Coobrigações em Cessões de Crédito, do grupamento de compensação. Em 30 de setembro de 2018, o montante corresponde a R\$216.500 (R\$195.067 em 31.12.2017).

A movimentação das provisões para garantias financeiras prestadas está abaixo especificada:

Provisões p/garantias financeiras prestadas	Saldos em 31.12.2017	Adições	Utilizações	Saldos em 30.09.2018
Risco FNO Rural (nota nº 20)	503.419	148.694	(93.578)	558.535
Risco FNO Ind. (nota nº 20)	714.508	181.858	(104.020)	792.346
Cessão de Crédito – Lei nº 9.138/1995	177.420	23.144	-	200.564
FDA (nota nº 19)	9.477	885	(809)	9.553
Fundo Invest. Desenv. Estado Rondônia Fider	5	-	-	5
Total	1.404.829	354.581	(198.407)	1.561.003

Provisões p/garantias financeiras prestadas	Saldos em 31.12.2016	Adições	Utilizações	Saldos em 30.09.2017
Risco FNO Rural (nota nº 20)	487.277	135.839	(78.636)	544.480
Risco FNO Ind. (nota nº 20)	559.435	199.566	(78.249)	680.752
Cessão de Crédito – Lei 9.138/1995	146.792	24.388	(240)	170.940
FDA (nota nº 19)	9.769	13.996	(5.734)	18.031
Fundo Invest. e Desenv. Estado Rondônia - Fider	5	-	-	5
Total	1.203.278	373.789	(162.859)	1.414.208

d) Passivos atuariais

Através da Carta Circular nº 3.624/2013, o Bacen criou contas de “Passivos Atuariais”, que se destinam aos registros dos passivos atuariais gerados por fundos de pensão definidos ou planos de saúde de empregados.

Apresentamos, a seguir, quadro com os saldos no final do período dos passivos atuariais:

	30.09.2018	31.12.2017
Fundo de pensão de benefício definido	704.892	712.695
BD Liquidado (nota nº 25)	602.214	612.323
Misto Liquidado (nota nº 25)	20.226	18.010
Assistidos (nota nº 25)	82.452	82.362
Outros	270.304	290.532
Auxílio saúde (nota nº 25)	270.304	290.532
Total	975.196	1.003.227
Circulante	75.500	76.734
Não circulante	899.696	926.493

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Instrumentos de dívida elegíveis a capital principal (IECP)

No dia 09 de dezembro de 2014, o Banco da Amazônia S.A. e a União celebraram contrato de mútuo, para fins de enquadramento como instrumento elegível ao capital principal, nos termos previstos no art. 16 da Resolução nº 4.192, de 01 de março de 2013, alterada pela Resolução nº 4.278, de 31 de outubro de 2013, e pela Resolução nº 4.311, de 20 de fevereiro de 2014, todas do Conselho Monetário Nacional.

O valor do contrato foi de até R\$1.000.000, com remuneração integralmente variável e os juros serão devidos por períodos coincidentes com o exercício social do Banco, iniciando-se sua contagem em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano.

Na forma contratual, o Banco recebeu, em 15 de dezembro de 2014, títulos públicos federais - Letras do Tesouro Nacional - no montante de R\$999.999, monetizado o montante de R\$982.120, atendendo às exigências do art. 16 da Res.CMN nº 4.192/2013.

De acordo com o contrato, os juros serão pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até 30 dias corridos contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

O pagamento da remuneração será realizado apenas com recursos provenientes de lucros e reservas de lucros passíveis de distribuição no último período.

A partir do recebimento até o exercício de 2016, o Banco vinha procedendo ao pagamento da remuneração, de acordo com a interpretação dada à Cláusula terceira do referido contrato, sem que tenha havido, por parte do Tesouro Nacional, qualquer questionamento quanto à metodologia adotada.

Ocorre que em 26 de junho de 2017 a Secretaria de Tesouro Nacional – STN, por intermédio do Ofício STN nº 89/2017 GERAT, reviu os cálculos e pautado no artigo 16, X parágrafo 2º da Resolução nº 4.192/2013 do Conselho Monetário Nacional e no Acórdão nº 1540/2016 do Tribunal de Contas da União requereu na oportunidade um eventual pagamento da diferença na remuneração do mútuo, fato esse reiterado em 28.07.2017 (Ofício STN 110-2017) e em 29.11.2017 (Ofício SEI STN 18/2017).

Diante do impasse, acerca da remuneração do IECP, o Banco da Amazônia instou a Câmara de Conciliação e Arbitragem da AGU para dirimir o conflito.

A primeira audiência com a Câmara de Conciliação e arbitragem da AGU foi realizada no dia 27.02.2018.

Na referida reunião, restou consignado: I) A admissão da mediação pela AGU; II) A Secretaria do Tesouro Nacional possibilitou reabertura da discussão acerca do quantum devido e a forma de pagamento III) O Banco da Amazônia apresentaria o recálculo da remuneração, conforme metodologia da Secretaria do Tesouro Nacional.

No dia 22.03.2018 o Banco da Amazônia apresentou o recálculo, conforme metodologia exigida pela Secretaria do Tesouro Nacional, a qual foi devidamente acolhida.

No dia 23.05.2018 foi celebrado acordo entre o Banco da Amazônia e a Secretaria do Tesouro Nacional, tendo sido aclarada a interpretação sobre a cláusula terceira do contrato e estabelecido os valores da diferença a ser paga por esta Instituição Financeira.

Com o adimplemento da obrigação as partes conferiram plena, rasa, geral e irrestrita quitação em relação a todos os direitos e deveres inerentes à questão, não se caracterizando, portanto, efeito retrospectivo, tendo o pagamento ocorrido em 22.06.2018, no montante de R\$65.509 (R\$52.636 pela remuneração e R\$12.873 pela atualização).

Em 30 de setembro de 2018, o saldo devedor do contrato, registrado no Passivo não Circulante, é de R\$999.999 (R\$1.034.214 em 31.12.2017).

14 Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

Em função das atividades que desenvolve, o Banco da Amazônia S.A. possui demandas trabalhistas, fiscais e cíveis em trâmite nas esferas judiciais e administrativas, em diversas fases processuais.

As contingências relacionadas a esses processos são classificadas conforme a seguir:

a) Depósitos judiciais e recursais

Encontram-se registrados na rubrica “outros créditos” os depósitos em garantia de recursos, para os quais foi constituída uma provisão relativa aos depósitos recursais baixados na Caixa Econômica Federal e que ainda se encontram em processo de conciliação no Banco.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os saldos dos depósitos em garantia de recursos estão abaixo demonstrados:

	30.09.2018	31.12.2017
Demandas Trabalhistas	48.679	45.073
(-)Provisão p/devedores depósitos recursais	(9.938)	(9.938)
Demandas Fiscais	348	348
Demandas Cíveis	8.684	8.684
Total (nota nº 8)	47.773	44.167

b) Ações Trabalhistas

Estão ligadas a processos judiciais em que o Banco réu, movidas por empregados e ex-empregados, sindicatos ou outros órgãos de representação da categoria. Consistem em diversos pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, adicional de função e representação e outros.

c) Ações Fiscais

Estão ligadas a autos de infração e execução fiscal em que o Banco está sendo questionado com relação a tributos e condutas fiscais, movidas na grande maioria, por Prefeituras Municipais com relação ao cálculo e apuração do ISSQN.

d) Ações Cíveis

Os processos judiciais de natureza cível, consistem em ações de clientes e usuários pleiteando indenizações por danos materiais e morais relativos a produtos e serviços bancários, expurgos inflacionários decorrentes de planos econômicos sobre aplicações financeiras, devolução de valores por revisão contratual, entre outras.

Destacam-se nas ações judiciais cíveis, as ingressadas por cotistas dos fundos de investimentos geridos e custodiados pelo Banco Santos, para liberação de recursos aplicados, em função da liquidação daquela Instituição. O saldo da provisão estimada para cobrir futuras perdas é de R\$14.602 (R\$25.278 em 31.12.2017).

e) Outras Contingências

Nos valores registrados em outras contingências constam provisões para cobrir saldos registrados no ativo de natureza de realização incerta, relacionados a processos de apuração interna, direitos a receber face contestação de contrato com fornecedor da área de tecnologia, bem como ações movidas por participantes da CAPAF, pleiteando, na maioria, devolução de contribuição e equiparação de remuneração aos empregados da ativa.

f) Provisões e Contingências Passivas

A avaliação da provisão e da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas pela área jurídica, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota.

As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por ações trabalhistas, fiscais, cíveis e outras ações. A administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender a probabilidade de perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos.

A movimentação das provisões para demandas judiciais, classificadas como prováveis, está abaixo especificada:

Provisões para Demandas judiciais - Prováveis	30.09.2018	30.09.2017
Ações Trabalhistas		
Saldo no início do período	82.347	50.478
Adições	62.998	52.119
Baixas	(33.300)	(24.096)
Saldo no final do período (nota nº 13.c)	112.046	78.501
Ações Cíveis		
Saldo no início do período	67.199	63.956
Adições	45.086	25.107
Baixas	(34.799)	(21.016)
Saldo no final do período (nota nº 13.c)	77.486	68.047

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ações Fiscais

Saldo no início do período	1.131	1.845
Adições	10.370	1.275
Baixas	(2.549)	(455)
Saldo no final do período (nota nº 13.c)	8.952	2.665

Contratos Onerosos (Planos Saldados)

Saldo no início do período	722.081	732.363
Adições	45.110	54.940
Baixas	(63.424)	(58.824)
Saldo no final do período (nota nº 25.b)	703.767	728.479

Outras Contingências

Saldo no início do período	35.782	82.962
Adições	5.273	2.965
Baixas	(3.132)	(7.627)
Saldo no final do período (nota nº 13.c)	37.923	78.300
Total	940.174	955.992

Cronograma esperado de desembolsos

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais
Até 5 anos	106.443	39.626	7.758
De 5 anos a 10 anos	5.042	25.762	995
Acima de 10 anos	560	12.098	199
Total	112.046	77.486	8.952

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saída.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras e não requerem provisão.

Saldo das demandas judiciais, classificadas como risco de perda possível:

Provisões para demandas judiciais - Possíveis

	30.09.2018	31.12.2017
Causas Trabalhistas	18.384	22.492
Causas Cíveis ⁽¹⁾	117.183	178.825
Total	135.567	201.317

⁽¹⁾ Composto, substancialmente, por processos que questionam a revisão de contrato quanto à prestação dos encargos financeiros e capital R\$21.340 (R\$33.415 em 31.12.2017), a inexistência de débito R\$32.572 (R\$32.572 em 31.12.2017), pedidos de liberação de parcelas de financiamento R\$ 0 (R\$20.662 em 31.12.2017), observação de leis ambientais na concessão de crédito R\$18.031 (R\$18.031 em 31.12.2017), redução de penhora e cancelamento de hipotecas R\$5.540 (R\$15.892 em 31.12.2017), revisão de valores cominados com danos morais e materiais R\$20.139 (R\$13.161 em 31.12.2017), dação em pagamento R\$5.983 (R\$5.983 em 31.12.2017), anulação e revisão de cláusulas contratuais R\$ 0 (R\$5.274 em 31.12.2017), não inclusão cadastros restritivos R\$4.510 (não havia em 31.12.2017), substituição de garantias com consignação em pagamento R\$3.856 (R\$ 0 em 31.12.2017).

15 Patrimônio líquido**a) Valor Patrimonial e Valor de Mercado por Ação Ordinária**

	30.09.2018	31.12.2017
Patrimônio Líquido do Banco da Amazônia	1.893.330	1.885.309
Valor patrimonial por ação (R\$) ⁽¹⁾	63,86	63,59
Valor de mercado por ação (R\$) ⁽²⁾	20,61	25,00

⁽¹⁾ Calculado com base no Patrimônio Líquido do Banco da Amazônia S.A.

⁽²⁾ Cotação de fechamento do mês, conforme B³ – Brasil Bolsa Balcão.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Capital social

Em 30 de setembro de 2018, o Capital Social, subscrito e integralizado, no valor de R\$1.623.252 (R\$1.623.252 em 31.12.2017) está representado por 29.645.967 de ações ordinárias nominativas (29.645.967 de ações ordinárias nominativas em 31.12.2017), escriturais e sem valor nominal.

Quantidade de ações	30.09.2018	31.12.2017
De domiciliados no país	29.645.696	29.645.696
De domiciliados no exterior	271	271
Total	29.645.967	29.645.967

A participação acionária no Capital do Banco está assim distribuída:

	30.09.2018		31.12.2017	
	Ações	% Total	Ações	% Total
União	28.600.757	96,5	28.604.757	96,5
Adm.direta-Min.da Fazenda	15.119.443	51,0	15.119.443	51,0
Administração indireta	13.481.314	45,5	13.485.314	45,5
FI CAIXA FGEDUC	10.427.301	35,2	10.429.301	35,2
BB FGO-Fundo Inv.em ações	3.054.013	10,3	3.056.013	10,3
Demais	1.045.210	3,5	1.041.210	3,5
Total	29.645.967	100,0	29.645.967	100,0

c) Reservas de Reavaliação

As reservas de reavaliação, no valor de R\$22.123 (R\$22.730 em 31.12.2017) referem-se às reavaliações de ativos. As realizações dessas reservas, no período, importaram em R\$607 (R\$809 em 31.12.2017), decorrentes de depreciação, transferidas para conta de lucros ou prejuízos acumulados. Conforme Resolução CMN nº 3.565/2008, o saldo remanescente será mantido até a data de sua efetiva realização.

d) Reservas de capital e de lucros

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

A reserva estatutária destina-se ao reforço patrimonial para gerir o FNO. Do lucro líquido apurado no período, é destinado 80%, do saldo que remanescer, até que alcance 10% do total de recursos aplicados ao referido fundo, limitado ao que determina o art. 199 da Lei nº 6.404/1976.

O quadro abaixo demonstra os saldos das Reservas de Capital e de Lucros:

	30.09.2018	31.12.2017
Reservas de Capital	2.253	2.253
Reserva de Lucros	903.687	903.687
Legal	124.231	124.231
Estatutária	779.456	779.456

e) Lucro por ação

	30.09.2018	31.12.2017
Prejuízo/Lucro líquido atribuível aos acionistas (R\$/mil)	(13.501)	64.507
Quantidade de ações (em unidades)	29.645.967	29.645.967
Lucro por ação (R\$)	(0,45542)	2,17593
JCP por ação (R\$)	-	0,62832

f) Ajuste de avaliação patrimonial

São registrados os ganhos ou perdas decorrentes de reavaliação de ativos e passivos, líquidos de efeitos tributários, conforme legislação vigente.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os saldos estão abaixo apresentados:

	30.09.2018	31.12.2017
Ajustes de avaliação patrimonial	(632.380)	(666.613)
Títulos Disponíveis para Venda	2.572	13.520
Ajustes de Avaliação Atuarial	(634.952)	(680.133)

16 Imposto de renda e contribuição social

a) Provisões constituídas

Neste período, o Banco apurou lucro tributável e base positiva de contribuição social, tendo sido efetuada a correspondente provisão.

A conciliação dos encargos para o cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social, no período, está assim resumida:

	30.09.2018		31.12.2017	
	I R	CSLL	I R	CSLL
Lucro antes da tributação e participações	113.392	113.392	398.961	398.961
Participações Estatutárias	-	-	(2.365)	(2.365)
Juros sobre capital Próprio	-	-	(18.627)	(18.627)
Lucro antes do IRPJ e CSLL	113.392	113.392	377.969	377.969
Adições líquidas caráter permanente	2.748	2.748	96.584	96.597
Adições líquidas caráter temporário	481.621	481.621	279.113	279.113
Lucro tributável antes das compensações	597.761	597.761	753.666	753.679
Alíquotas	15%	20%	15%	20%
Valores devidos pela alíquota normal	89.664	119.552	113.050	150.736
Adicional de Imposto de Renda (10%)	59.758	-	75.342	-
Incentivos	(4.086)	-	(7.476)	-
Valores devidos	145.336	119.552	180.916	150.736
Realiz.Res.Reav e Diferido s/MTM	(324)	(259)	(172)	(79)
Valores registrados em resultado antes da ativação	145.012	119.293	180.744	150.657
Crédito Tributário s/diferenças temporárias	(93.940)	(43.472)	(20.651)	21.339
Valores efetivamente registrados no resultado	51.072	75.821	160.093	171.996
% despesa efetiva em relação ao Lucro antes de IRPJ/CSLL	45,0	66,9	42,4	45,5

b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

O Banco registra como Ativo Fiscal Diferido Imposto de Renda e Contribuição Social, exclusivamente sobre diferenças temporárias, principalmente, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei nº 9.249/1995. Esses créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

No período, houve ativação do crédito tributário sobre as atualizações da obrigação do Banco relativamente aos planos de benefícios saldados, de forma proporcional ao valor ativado por ocasião da implantação dos contratos firmados entre o Banco e a Capaf.

Foram consideradas como baixas/realização todos os pagamentos efetuados para os referidos planos.

Houve ainda ativação e baixa de crédito tributário sobre os resultados abrangentes, conforme determinado pela Deliberação CVM nº 695/2012, de acordo com a movimentação ocorrida nos ajustes da obrigação do Banco junto aos Planos de Benefício pós-emprego.

Para avaliação e utilização dos referidos créditos, são adotados os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nºs 3.059/2002 e 3.355/2006, pela Circular Bacen nº 3.171/2002 e Instrução CVM nº 371/2002.

Na forma definida no Estudo Técnico, o Banco mantém a ativação de seus créditos tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de 10 (dez) anos.

c) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

As provisões que serviram de base e os respectivos créditos tributários, com reflexo no resultado e no Patrimônio Líquido, apresentaram a seguinte movimentação durante o período findo em 30 de setembro de 2018:

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2017	Constituição	Realização	30.09.2018
Imposto de Renda				
Provisão Trabalhista	117.780	68.137	36.298	149.619
Provisão para Risco de Crédito-Banco	393.698	107.387	25.473	475.612
Provisão para Risco de Crédito-FNO	1.054.973	298.336	46.268	1.307.041
Auxílio pós-emprego	371.186	44.889	51.474	364.601
Auxílio pós-emprego – Del. CVM nº 695/2012	391.190	27.614	112.271	306.533
Planos Saldados	372.389	35.612	63.424	344.577
Provisão Caixa de Previdência	175.740	-	-	175.740
Provisão para Operações SEC I	177.421	23.143	-	200.564
Outras Provisões	117.459	57.883	34.903	140.439
Base de Cálculo	3.171.836	663.001	370.111	3.464.726
Imposto de Renda Diferido (25%)	792.959	165.750	92.528	866.181
Contribuição Social				
Provisão Trabalhista	117.780	68.137	36.298	149.619
Provisão para Risco de Crédito-Banco	393.698	107.387	25.473	475.612
Provisão para Risco de Crédito-FNO	1.054.973	298.336	46.268	1.307.041
Auxílio pós-emprego	371.186	44.889	51.474	364.601
Auxílio pós-emprego – Del 695	391.190	27.614	112.271	306.533
Planos Saldados	372.389	35.612	63.424	344.577
Provisão Caixa de Previdência	175.740	-	-	175.740
Provisão para Operações SEC I	177.421	23.143	-	200.564
Outras Provisões	110.426	57.883	34.903	133.406
Base de Cálculo	3.164.803	663.001	370.111	3.457.693
Contribuição Social Diferida	444.102	99.450	74.022	469.530
TOTAL DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	1.237.061	265.200	166.550	1.335.711

Os ativos fiscais diferidos são analisados periodicamente, quanto ao incremento, à reversão ou manutenção, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social, em montante que comporte os valores registrados, conforme demonstrado no Estudo Técnico, na forma que estabelecem a CVM e o CMN.

d) Expectativa de realização dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A perspectiva de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos, em 30 de setembro de 2018, apresenta-se da seguinte forma:

	2018	2019	2020	2021	2022	De 2023 a 2027	TOTAL
Créditos Tributários							
Crédito Tributário de I.R	104.576	83.166	97.042	64.092	64.149	429.862	842.887
Crédito Tributário de C. Social	83.660	49.900	58.225	38.455	38.490	256.862	525.592
Total – Valores Nominais	188.236	133.066	155.267	102.547	102.639	686.724	1.368.479
Taxa média de captação a.a. (%)	1,062	1,136	1,220	1,311	1,400	-	-
Vlr Presente Destes Ativos	177.247	117.135	127.268	78.220	73.313	-	-

Para determinação do valor presente da expectativa de realização futura dos créditos tributários, foi adotada a taxa média de captação ao ano, prevista pelo Banco, para os próximos cinco anos.

e) Créditos tributários não ativados

No final do período, o Banco apresenta créditos tributários não ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre diferenças temporárias no total de R\$411.106 (R\$368.840 em 31.12.2017). O montante de R\$143.676 (R\$139.877 em 31.12.2017) corresponde ao crédito tributário não ativado sobre o registro de saldamento dos Planos BD e Misto.

Origem dos créditos tributários não ativados:

	30.09.2018	31.12.2017
Provisão FNO	329.617	297.400
Provisão Auxílio pós emprego	316.244	253.033
Provisão Planos Saldados	359.190	349.692
Outras Provisões	22.715	21.976
Total das Provisões	1.027.766	922.101
Créditos Tributários (IRPJ e CSLL)	411.106	368.840

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Esses créditos não foram ativados em razão da expectativa de realização ultrapassar os 10 (dez) anos conforme definido no Estudo Técnico como critério para ativação.

Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o Banco não apresentava estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

17 Desdobramento das contas de resultado**a) Receitas de prestação de serviços**

	3º trim./2018	3º trim./2017	01.01 a 30.09.2018	01.01 a 30.09.2017
Administração de fundos e programas	127.207	123.131	452.849	424.767
FNO (nota nº 20)	124.100	121.212	443.076	419.263
Art 19 da lei nº 8.167/91	73	47	569	364
Finam (nota nº 18)	2.414	1.129	6.956	2.702
Outras - FDA	204	325	1.142	1.155
Demais rendas	416	418	1.106	1.283
Outros serviços	7.494	6.249	21.717	19.519
Demais rendas	7.494	6.249	21.717	19.519
Subtotal	134.701	129.380	474.566	444.286
Rendas de tarifas bancárias	25.868	26.314	78.942	74.583
Pessoa física	13.305	14.799	40.610	42.400
Pessoa jurídica	12.563	11.515	38.332	32.183
Total	160.569	155.694	553.508	518.869

b) Despesas de pessoal

	3º trim./2018	3º trim./2017	01.01 a 30.09.2018	01.01 a 30.09.2017
Honorários	(771)	(931)	(2.932)	(2.768)
Benefícios	(16.710)	(16.486)	(50.118)	(48.909)
Encargos sociais	(31.769)	(33.736)	(93.175)	(100.100)
Proventos	(76.962)	(77.155)	(226.123)	(230.930)
Treinamento	(1.048)	(524)	(2.762)	(2.262)
Remuneração de estagiários	(1.414)	(1.485)	(4.222)	(4.066)
Total	(128.674)	(130.317)	(379.332)	(389.035)

c) Outras despesas administrativas

	3º trim./2018	3º trim./2017	01.01 a 30.09.2018	01.01 a 30.09.2017
Água, energia e gás	(3.374)	(3.162)	(9.020)	(8.410)
Aluguéis	(3.727)	(4.083)	(10.804)	(11.066)
Processamento de dados	(9.275)	(9.409)	(32.003)	(26.217)
Comunicações	(7.206)	(5.282)	(23.666)	(19.417)
Manutenção e conservação de bens	(2.934)	(2.695)	(9.115)	(7.963)
Material	(181)	(268)	(671)	(899)
Serviços de terceiros	(6.418)	(6.362)	(18.670)	(19.200)
Vigilância e segurança	(7.107)	(6.864)	(21.072)	(20.012)
Serviços do sistema financeiro	(4.901)	(5.584)	(13.622)	(13.515)
Promoções e relações públicas	(1.048)	(2.034)	(3.146)	(4.573)
Propaganda e publicidade	(1.017)	(3.588)	(4.121)	(4.813)

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Publicações oficiais	(717)	(734)	(950)	(1.149)
Serviços técnicos especializados	(3.647)	(2.983)	(10.198)	(14.305)
Transporte	(3.528)	(4.912)	(12.659)	(15.035)
Viagens	(1.177)	(1.314)	(3.804)	(4.082)
Depreciação	(5.751)	(5.193)	(16.620)	(16.000)
Amortização	(6.681)	(4.312)	(19.469)	(12.253)
Demais despesas administrativas	(902)	(1.080)	(3.619)	(3.698)
Total	(69.591)	(69.859)	(213.229)	(202.607)

d) Despesas tributárias

	3º trim./2018	3º trim./2017	01.01 a 30.09.2018	01.01 a 30.09.2017
ISS	(1.668)	(1.949)	(4.629)	(4.669)
Cofins	(19.345)	(19.345)	(57.221)	(60.718)
PIS/Pasep	(3.144)	(3.144)	(9.299)	(9.867)
Demais tributos	(494)	(355)	(4.773)	(5.500)
Total	(24.651)	(24.793)	(75.922)	(80.754)

e) Outras receitas e despesas operacionais

	3º trim./2018	3º trim./2017	01.01 a 30.09.2018	01.01 a 30.09.2017
Outras receitas operacionais				
<i>Del credere</i> - FNO (nota nº 20)	151.454	147.699	448.633	437.034
Demais rendas operacionais	71.202	47.752	174.592	145.487
Recup. op. FNO (nota nº 20)	37.036	29.891	83.680	103.690
Rendas de <i>Del credere</i> - FDA	1.351	1.402	4.426	4.210
Receita variação taxas - FMM	7.469	9.266	15.486	21.625
Receita variação taxa câmbio	2.803	3.168	7.673	5.882
Recuperação encargos e despesas	3.042	2.357	5.443	6.508
Reversão outras prov. operac. (nota nº 8)	17.573 ^(*)	419	52.556 ^(*)	501
Multas - operações crédito geral	565	819	1.801	2.369
Rendas s/ depósito compulsório	1.348	73	3.392	73
Demais receitas operacionais	16	357	136	629
Total	222.657	195.451	623.226	582.521

(*) Montante composto substancialmente por valores originados da reclassificação (em 29.03.2018) das rubricas Provisão ativos atuariais - Contrato TI (R\$21.699) e Provisão para apuração de responsabilidades (R\$13.099), conforme detalhado na nota nº 8.

	3º trim./2018	3º trim./2017	01.01 a 30.09.2018	01.01 a 30.09.2017
Outras despesas operacionais				
Desp. de provisão - FNO (nota nº 20)	(108.101)	(114.564)	(330.552)	(333.989)
Atualiz. Ben. pós-emprego (nota nº 25)	(24.542)	(23.401)	(77.004)	(74.095)
Outras despesas - PET (nota nº 8)	-	-	(21.699)	-
Atualização Planos Saldados (nota nº 25 b)	(18.166)	(7.311)	(45.111)	(39.214)
Passivos trabalhistas	(37.411)	(22.240)	(62.864)	(52.031)
Desp. pós-emp. - Assist/a. saúde (nota nº 25 a.2)	(9.913)	(11.103)	(29.870)	(33.341)
Cessão de crédito - Lei nº 9.138/1995	(8.195)	(8.013)	(23.144)	(24.148)
Despesas de variação de taxa FMM	(7.168)	(5.028)	(14.813)	(17.444)
Passivos cíveis/sucumbências	(9.520)	(7.703)	(33.505)	(17.103)
Passivos Cíveis - Fundos de investimento	(225)	(551)	(8.981)	(8.310)
FDA - Provisão	(286)	(1.740)	(755)	(8.412)
Atualiz. operac. SEC I - Lei nº 9.138/1995	-	-	-	(6.366)
Despesas de variação taxa câmbio	(17)	(719)	(65)	(4.848)
Outras contingências - Fiscais	(54)	(313)	(10.370)	(1.276)
Grade de eventos perdas operacionais (nota nº 8)	(1.822)	(1.215)	(16.338)	(2.114)
Despesas s/ saldos credores do INSS	(125)	(243)	(464)	(915)
Variação negativa de índices	-	(876)	-	(876)
Dividendos a pagar juros s/ capital	-	-	(409)	(659)
Provisão ativos atuariais - Capaf	-	-	-	(632)

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Outras despesas operacionais - CFT	-	(557)	-	(557)
Despesas desconto concedido renegociação	(30)	(10)	(607)	(289)
Demais despesas operacionais	(472)	(94)	(588)	(286)
Despesas com TVM	(84)	(15)	(115)	(29)
Capaf Atualização PMB	(408)	(473)	(1.224)	(473)
Desp. de provisão p/ contingências - Capaf	(4.697)	(799)	(5.273)	(799)
Desp. deficiência aplicação exigibilidades	(966)	-	(966)	-
Desp. com Multas órgãos oficiais	(1)	-	(1.203)	-
Total	(232.203)	(206.968)	(685.920)	(628.206)

f) Resultado não operacional

	3º trim./2018	3º trim./2017	01.01 a 30.09.2018	01.01 a 30.09.2017
Receitas não operacionais	519	1053	1147	18.737
Lucros em transações c/ valores e bens	23	14	29	106
Outras receitas não operacionais	496	1.039	1.118	18.631
Reversão outras prov. não operacionais	257	55	338	222
Ganhos de capital	37	46	319	262
Rendas de aluguel	5	5	12	14
Dividendos recebidos		16	39	16.653
Outras rendas não operacionais	197	917	410	1.480
Despesas não operacionais	(182)	(141)	(426)	(658)
Perdas de capital	(4)	(6)	(33)	(7)
Outras Despesas não operacionais	(178)	(135)	(393)	(651)
Imobilizações	(169)	(88)	(320)	(585)
Diversas	(9)	(47)	(73)	(66)
Total	337	912	721	18.079

18 Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam)

O Finam, criado pelo Decreto-lei nº 1.376/1974, é um benefício fiscal concedido pelo Governo Federal, encontrando-se atualmente na área de atuação do Ministério da Integração Nacional, através do Departamento Financeiro e de Recuperação de Projetos (DFRP). Tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico da região Amazônica.

O Banco da Amazônia S.A., como instituição financeira regional, é responsável pela operacionalização do Finam, recebendo a título de remuneração 3% a.a., incidente sobre 70% do Patrimônio Líquido do respectivo Fundo, conforme legislação vigente.

Neste trimestre houve a entrada de recursos enviados pelo Ministério da Integração Nacional, decorrente do encontro de contas trimestrais de valores das opções acatadas pela Receita Federal do Brasil - RFB, em atendimento à Portaria Interministerial nº 93/2018, no valor de R\$1.928.

No período, foi apropriado e recebido, como receita de prestação de serviço, o valor de R\$6.955 (R\$2.702 em 2017).

O Banco da Amazônia S.A., vem sendo questionado administrativamente e judicialmente por alguns cotistas do Fundo, em relação a possíveis irregularidades no processo de transferência de titularidade de cotas. Investigações e levantamentos indicam que os questionamentos abrangem 81.537.574.331 cotas, totalizando R\$15.533 (R\$12.508 em 31.12.2017), com base no valor patrimonial da cota em 30 de setembro de 2018. No atual estágio dos processos, os assessores jurídicos do Banco classificaram a perda como possível, não ensejando, portanto, provisionamento dos valores envolvidos.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19 Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA)

Criado pela Medida Provisória nº 2.157-5/2001, o FDA, alterado pela Lei Complementar nº 124/2007, tem por finalidade assegurar recursos para a realização, na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), de investimentos em infraestrutura e serviços públicos e em empreendimentos produtivos com grande capacidade germinativa de negócios. São dois Decretos que regulamentam o Fundo (Decreto nº 4.254/2002 e 7.839/2012).

Sobre as operações realizadas ao amparo do Decreto nº 4.254/2002, o Banco possui 2,5% de risco, 0,15% a.a. de *del credere* e taxa de administração de 2,0% sobre cada valor de liberação.

Está registrado, a título de *del credere*, o valor de R\$23.654 (R\$20.908 em 31.12.2017) em Rendas a Receber. A baixa ocorre pelo pagamento por parte do tomador do crédito.

Quanto ao risco, a provisão é calculada de acordo com as regras da Res. CMN nº 2.682/1999 e registrada em Provisão para garantias financeiras prestadas. No final deste período, o saldo totalizou R\$9.552 (R\$9.477 em 31.12.2017).

Em 30 de setembro de 2018 e em 31 de dezembro 2017, não ocorreram liberações, não gerando taxa de administração.

As operações liberadas ao amparo do Decreto nº 7.839/2012 são de risco integral do Banco e os repasses do Tesouro estão registrados em Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento, cujo saldo no final do período é de R\$126.661 (R\$125.462 em 31.12.2017). A Res. CMN nº 4.171/2012 regulamenta os encargos a serem cobrados e não recebimento de taxa de administração.

20 Fundo Constitucional de financiamento do Norte (FNO)

Como administrador e operador do FNO, o Banco registra as seguintes receitas e despesas:

	3º trim./2018	3º trim./2017	01.01 a 30.09.2018	01.01 a 30.09.2017
Taxa de administração (nota nº 17.a)	124.100	121.212	443.076	419.261
<i>Del credere</i> (nota nº 17.e)	151.454	147.699	448.633	437.034
Recuperação de operações (nota nº 17.e)	37.036	29.891	83.680	103.690
Remuneração do disponível (nota nº 24)	(98.388)	(97.309)	(269.115)	(282.037)
Provisão (risco compartilhado) (nota nº 17.e)	(108.101)	(114.564)	(330.552)	(333.989)

A Taxa de administração de 0,25% a.m. é incidente sobre o Patrimônio Líquido do Fundo, apurado para cada mês de referência e remuneração do agente financeiro das operações contratadas com beneficiários do Pronaf, calculados na forma da legislação vigente, limitada a 20% dos repasses do Tesouro Nacional.

O patrimônio do FNO, no montante de R\$27.654.855 (R\$25.770.909 em 31.12.2017), está registrado em contas de compensação do Banco "Patrimônio de fundos Públicos Administrados".

O *del credere* corresponde a 3% a.a. sobre as operações contratadas após 30 de novembro de 1998 (Lei nº 10.177/2001). Sobre operações contratadas até 30 de novembro de 1998, o Banco não aufer *del credere*, por estar isento de risco.

Do montante de receitas de operações de crédito já honradas pelo Banco ao FNO, R\$33.865 (R\$29.379 no 3º trim./2017) referem-se às operações baixadas com base na Portaria Interministerial MF/MI nº 11/2005.

O valor registrado no Disponível do FNO no montante de R\$6.541.319 (R\$4.937.995 em 31.12.2017) é remunerado à taxa extra-mercado e esse encargo é registrado na rubrica "Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento". No período, a despesa com remuneração dessa disponibilidade foi de R\$269.116 (R\$282.037 em 2017).

A despesa de provisão (risco compartilhado) é calculada de acordo com os critérios da Resolução nº 2.682/1999 e registrada na conta "Provisão para Garantias Financeiras Prestadas", cujo saldo acumulado é de R\$1.350.881 (R\$1.217.927 em 31.12.2017) (nota nº 13.c).

No período, o Banco procedeu à baixa de R\$197.598 (R\$155.470 em 2017) de operações de crédito do FNO com risco compartilhado, cujas parcelas estavam vencidas há mais de 360 dias, conforme estabelece a Portaria Interministerial nº 11/2005.

A forma de devolução das parcelas vencidas e a responsabilidade dessa instituição (risco compartilhado) consiste no

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ressarcimento, ao disponível do Fundo, 48 (quarenta e oito) horas úteis após o registro da baixa como prejuízo. Neste terceiro trimestre, foi devolvido ao Fundo o montante de R\$78.373 (R\$62.174 3º trim./2017).

Apresentamos abaixo quadro da composição dos recursos do FNO:

	30.09.2018	31.12.2017
Saldo no início do período	4.937.995	3.089.511
Repasse do Tesouro Nacional	1.856.954	2.319.773
Reembolso	2.729.092	3.313.835
Valores indenizados pelo Banco	203.387	232.916
Remuneração das disponibilidades	269.116	362.905
Desembolso	(2.498.282)	(2.929.454)
Despesas operações renegociada e/ou indenizada	(73.445)	(239.762)
Despesas com taxa de administração	(460.686)	(624.667)
Despesas com <i>del credere</i>	(448.634)	(587.062)
Outras	25.822	33.894
Saldo no final do período (nota nº 13.b)	6.541.319	4.971.889

A composição dos saldos das operações de crédito com recursos do FNO - risco compartilhado e das provisões foi apresentada a seguir:

	30.09.2018		31.12.2017	
Nível de Risco	Saldos	Provisão	Saldos	Provisão
AA	2.088.393	-	2.681.014	-
A	7.409.694	(18.524)	7.672.830	(19.182)
B	4.454.737	(22.273)	4.771.930	(23.859)
C	2.921.149	(43.815)	1.690.861	(25.363)
D	630.144	(31.507)	742.749	(37.131)
E	514.392	(77.159)	349.165	(52.375)
F	257.032	(64.258)	221.563	(55.391)
G	294.492	(103.073)	255.098	(89.274)
H	1.980.802	(990.272)	1.830.988	(915.352)
Total	20.550.835	(1.350.881)	20.216.198	(1.217.927)

21 Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

Instituído pela Lei nº 7.998/1990, o FAT é um fundo gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e tem como foco o Programa de geração de emprego e renda (Proger). O Banco atua na modalidade Proger-Urbano que se destina ao atendimento da demanda de crédito das pequenas e microempresas, dos empreendedores do setor informal da economia, das cooperativas, associações de produção e dos recém-formados.

Os recursos do FAT são alocados por meio dos depósitos especiais conforme dispõe a Lei nº 8.352/1991, no Banco esses recursos estão registrados em "Depósitos Especiais com Remuneração", do grupamento de "Depósitos a Prazo", remunerados, enquanto disponíveis, pela taxa média Selic (TMS) e, quando aplicados, pela TJLP, durante o período de vigência dos financiamentos. A remuneração dos recursos disponíveis é exigida mensalmente.

Em atendimento às Resoluções do Codefat, nºs 439/2005 e 489/2006, foram efetuados reembolsos, no período, no montante de R\$3.848 (R\$5.625 em 2017), conforme demonstrado a seguir:

		30.09.2018		30.09.2017	
	Taxa	Reembolsos	Saldos	Reembolsos	Saldos
Aplicado					
TJLP		375	5.408	653	10.071
Proger urbano		375	5.408	653	10.071
Disponível					
TMS		77	1.844	178	1.539
Proger urbano		77	1.844	178	1.539
Principal					
Proger urbano		3.396	-	4.794	-
Total		3.848	7.252	5.625	11.610

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As obrigações com o FAT apresentam a seguinte classificação por prazo de vencimento:

	30.09.2018		31.12.2017	
	Valores	%	Valores	%
A vencer				
Até 30 dias	611	8,4	1.121	10,6
De 31 a 90 dias	613	8,4	678	6,3
De 91 a 180 dias	853	11,8	1.004	9,4
De 181 a 360 dias	1.478	20,4	1.915	17,9
Mais de 1 ano	3.697	51	5.954	55,8
Total	7.252	100,0	10.672	100,0

No ativo do Banco, o montante das operações de crédito realizadas com recursos do FAT destina-se ao Programa Proger Urbano, importando em R\$6.350 (R\$10.054 em 31.12.2017).

22 Fundo da Marinha Mercante (FMM)

O Banco, em parceria com o Banco do Brasil, opera os recursos do FMM, pertencente à área de atuação do Ministério dos Transportes, sendo destinados a financiamentos de instalações físicas de estaleiros brasileiros e embarcações não voltadas para pesca.

O recurso é atualizado monetariamente com base na variação do dólar (PTAX) e pela TJLP, mais juros simples de 0,1% a 0,5% a.a.

Os recursos repassados estão registrados na rubrica "Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento", cujo montante no período é de R\$214.820 (R\$186.640 em 31.12.2017) (nota nº 13.b).

23 Fundos de Investimentos Financeiros

O Banco é distribuidor do Fundo de Investimento Amazônia Personalizado Renda Fixa Longo Prazo que é administrado e gerido pela Caixa Econômica Federal, tendo como custodiante o Bradesco.

Além desse Fundo, o Banco ainda administra os fundos de investimentos financeiros (FIF's), antes geridos e custodiados pelo extinto Banco Santos. Os Fundos de Cotas que compõem a carteira desses Fundos (FAC's), são administrados pela BNY Mellon Serviços Financeiros, geridos pela Macroinvest Gestão de Recursos Ltda e custodiados pelo BNY Mellon Banco S.A.

Considerando a liquidação e posterior decretação de falência do Banco Santos, o patrimônio líquido desses Fundos foi impactado pela necessidade de constituição de provisão, dada a indisponibilidade dos recursos.

Os saldos dos Patrimônios Líquidos desses Fundos estão assim representados:

	30.09.2018	31.12.2017
FIC Amazônia Personalizado Renda Fixa Longo Prazo	98.955	87.393
Fundo BASA de Investimento Financeiro Curto Prazo "2"	84	88
Fundo BASA de Investimento Financeiro Seleto "2"	37	39
Fundo Amazônia Mix "2"	35	37
Total	99.111	87.557

Neste período, não ocorreu transferência para o Banco relacionada à recuperação de ativos referente à massa falida do Banco Santos, correspondente aos fundos FIF's e FAC's cindidos (R\$613 em 2017). Estes valores recuperados em 2017 foram transferidos aos cotistas que receberam por via judicial.

24 Partes relacionadas

a) Remuneração da Administração

A remuneração e outros benefícios atribuídos ao Pessoal Chave da Administração do Banco, formado pela Diretoria Executiva, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria, são compostos conforme segue:

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	3º trim/2018	3º trim/2017	01.01 a 30.09.2018	01.01 a 30.09.2017
Honorários (nota nº 17.b)	771	931	2.932	2.768
Diretoria Executiva	520	731	2.081	2.200
Conselho de Administração	76	50	231	169
Conselho Fiscal	55	30	169	118
Comitê de Auditoria	120	120	377	281
Outros benefícios ⁽¹⁾	-	-	74	-
Remuneração variável ⁽²⁾	-	-	415	694
Total	771	931	3.347	3.462

⁽¹⁾ ⁽²⁾ Ajuda de custo e Participação no Lucro, respectivamente.

A remuneração média do período paga pelo Banco aos seus administradores está abaixo demonstrada: (em R\$ unitários)

	30.09.2018	30.09.2017
Diretoria - Honorários	36.668,70	33.481,58
Conselho de Administração	3.939,16	3.497,93
Conselho Fiscal	3.640,36	3.504,04

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal chave da administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco, participantes do Plano de Previdência dos Funcionários (Capaf).

O Banco não concede empréstimos ao pessoal chave da administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

b) Principais entidades como partes relacionadas

Os recursos aplicados em títulos públicos federais estão relacionados na nota 6 (Títulos e Valores Mobiliários - TVM).

As operações com entidades sob o controle do Governo Federal, acionista majoritário do Banco, estão descritas nas notas nºs: 12 (Obrigações por Repasses), 13 (Outras Obrigações), 18 (Fundo de Investimentos da Amazônia - Finam), 19 (Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA), 20 (Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO), 21 (Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT) e 22 (Fundo da Marinha Mercante - FMM). As operações com a entidade que o Banco tem influência significativa na administração estão descritas na nota nº 25 (Benefícios a Empregados).

As condições e taxas contratadas com as entidades sob o controle do Governo Federal estão divulgadas nas notas nºs 12, 13, 18, 19, 20, 21 e 22.

O valor das principais receitas e despesas com partes relacionadas no período está demonstrado a seguir:

	3º trim./2018	3º trim./2017	01.01 a 30.09.2018	01.01 a 30.09.2017
Receitas taxa administração (nota nº 17.a)	127.207	123.131	452.849	424.767
Receita <i>Del credere</i> do FNO (nota nº 17.e)	151.454	147.699	448.633	437.034
Desp. c/ remuneração disp. FNO (nota nº 20)	(98.388)	(97.309)	(269.115)	(282.037)
Prov. FNO (risco compartilhado) (nota nº 20)	(108.101)	(114.564)	(330.552)	(333.989)
Desp. contrib. patronal - Capaf (nota nº 25)	(3.185)	(3.269)	(9.407)	(9.882)
Atualiz. ajuste pós-emp - Capaf (nota nº 17.e)	(53.029)	(42.288)	(153.209)	(147.123)

Um sumário dos principais saldos na data do balanço é apresentado a seguir:

	30.09.2018	31.12.2017
Passivos		
Depósito a Vista - OGU	317	-
Depósito a Prazo - FAT (nota nº 21)	7.252	10.672
Obrigações por Repasse do País (nota nº 12)	778.516	767.526
Tesouro Nacional	27.204	28.400
BNDES	610.666	566.947

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Finame	139.974	171.181
Finep	672	998
Outras Obrigações	6.882.800	5.283.991
FNO (notas n°s 13 e 20)	6.541.319	4.971.889
FMM (notas n°s 13 e 22)	214.820	186.640
FDA - Aplicado (notas n°s 13 e 19)	126.661	125.462
Total	7.668.885	6.062.189

25 Benefícios a empregados

Os benefícios pós-emprego ofertados pelo Banco aos seus empregados correspondem à complementação de aposentaria, por meio de planos de previdência complementar (Benefício Definido - BD, Misto, Assistidos de Responsabilidade do Banco, Saldados e PrevAmazônia) e Auxílio-saúde.

Os planos de benefício de previdência complementar são administrados pela Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia S.A. (Capaf), que se encontra sob intervenção da Previc desde 2011, a Portaria nº 976 de 16 de outubro de 2018, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), concedeu nova prorrogação à Portaria nº 358, de 25 de abril de 2018, pelo prazo de 180 dias, a contar de 27 de outubro de 2018.

Os planos BD e Misto, que abrigam 48% do público-alvo, apresentam *déficit* atuarial constante, em desacordo com a legislação, o que levou a PREVIC a decretar a liquidação destes, a qual foi suspensa por decisão judicial.

Os planos saldados abrigam os participantes que aderiram, em 2013, a esses novos planos e que corresponde a 52% do público alvo.

a) Planos BD, Misto, Assistidos de Responsabilidade do Banco e Auxílio-saúde

Os planos acima especificados são avaliados atuarialmente em cada trimestre de acordo com as regras definidas pela Deliberação CVM nº 695/2012, ocasião em que são ajustadas as respectivas provisões. O Banco registra como de sua responsabilidade 50% do déficit dos planos BD e Misto, em atendimento ao que determina as Leis Complementares nº 108/2001 e 109/2001.

a.1) Premissas atuariais adotadas

As premissas foram definidas de forma imparcial e mutuamente compatíveis, com base em expectativas de mercado durante o período de desenvolvimento de cada avaliação atuarial e das respectivas projeções.

I – Financeiras (a.a)

	Planos BD e Misto (%)		Assistidos (%)		Auxílio-saúde (%)	
	30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	31.12.2017
Taxa de juros desconto atuarial-nominal	10,1	9,2	9,7	8,8	10,2	9,6
Taxa de juros desconto atuarial-real	5,8	5,1	5,4	4,7	6,0	5,5
Projeção de aumentos salariais	4,0	4,0	N/A	N/A	4,0	4,0
Projeção de aumentos dos benefícios	4,0	4,0	4,0	4,0	-	-
Proj. aumentos limite e ben. do RGPS	4,0	4,0	-	-	-	-
Taxa de inflação	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0
Expectativa de retorno ativos do plano	10,1	9,2	N/A	N/A	N/A	N/A
Projeção de aumento real custos saúde	-	-	-	-	2,2	2,2

II - Demográficas

	Planos BD e Misto		Assistidos		Auxílio-saúde	
	30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	31.12.2017	30.09.2018	31.12.2017
Taxa de rotatividade	0,9%	0,9%	0,9%	0,9%	0,9%	0,9%
Tábua mortalidade/sobrevivência-ativos	AT-2000M&F *		AT-2000M&F *		AT-2000M&F *	
Tábua mortalidade/sobreviv.-aposentados	AT-2000M&F *		AT-2000M&F *		AT-2000M&F *	
Tábua mortalidade/sobrev.-inválidos	Winklevoss		Winklevoss		Winklevoss	
Tábua de entrada em invalidez	A. Vindas *		A. Vindas *		A. Vindas *	
Tábua de morbidez	N/A		N/A		N/A	

* suavizada em 20%.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a.2) Valores reconhecidos no resultado e em outros resultados abrangentes

	Plano BD	
	3º trim./2018	3º trim./2017
Custo do serviço		
Custo de serviço	-	(101)
Custo de juros líquidos	(14.129)	(13.538)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(14.129)	(13.639)
Remensurações do Plano de Benefício definido		
Ganhos e Perdas sobre contribuições dos participantes	(493)	462
Ganhos e Perdas sobre o ativo	10.887	8.217
Ganhos e Perdas sobre o passivo	5.215	(16.981)
Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes	15.609	(8.302)
Total dos componentes de benefício definido	1.480	(21.941)

	Plano Misto	
	3º trim./2018	3º trim./2017
Custo do serviço		
Custo do serviço	(1)	(1)
Custo de juros líquidos	(415)	(481)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(416)	(482)
Remensurações do Plano de Benefício definido		
Ganhos e Perdas sobre o ativo	(1.646)	189
Ganhos e Perdas sobre o passivo	248	(1.945)
Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes	(1.398)	(1.756)
Total dos componentes de benefício definido	(1.814)	(2.238)

	Assistidos pelo Banco	
	3º trim./2018	3º trim./2017
Custo do serviço		
Custo de juros líquidos	(1.818)	(1.845)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(1.818)	(1.845)
Remensurações do Plano de Benefício definido		
Ganhos e Perdas sobre o passivo	(117)	(3.889)
Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes	(117)	(3.889)
Total dos componentes de benefício definido	(1.935)	(5.734)

	Auxílio-saúde	
	3º trim./2018	3º trim./2017
Custo do serviço		
Custo de serviço	(1.101)	(1.053)
Custo de juros líquidos	(6.994)	(8.206)
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	(8.095)	(9.259)
Remensurações do Plano de Benefício definido		
Ganhos e Perdas sobre o passivo	7.308	(10.273)
Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes	7.308	(10.273)
Total dos componentes de benefício definido	(787)	(19.532)

a.3) Movimentação do (passivo)/ativo reconhecido

	Plano BD	
	3º trim./2018	3º trim./2017
(Passivo)/ativo reconhecido no início do período	(604.680)	(403.246)
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	985	748
Provisão para planos de benefício definido	(14.129)	(13.639)

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Valor reconhecido em outros resultados abrangentes
(Passivo)/ativo reconhecido no final do período

15.610	(8.302)
(602.214)	(424.439)

Passivo reconhecido no início do período
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo
Provisão para planos de benefício definido
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes
(Passivo)/ativo reconhecido no final do período

Plano Misto	
3º trim./2018	3º trim./2017
(18.420)	(15.643)
8	9
(416)	(482)
(1.398)	(1.756)
(20.226)	(17.872)

(Passivo)/ativo reconhecido no início do período
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo
Provisão para planos de benefício definido (nota nº 17.e)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes
(Passivo)/ativo reconhecido no final do período

Assistidos pelo Banco	
3º trim./2018	3º trim./2017
(82.284)	(74.285)
1.767	1.857
(1.818)	(1.845)
(117)	(3.889)
(82.452)	(78.162)

(Passivo)/ativo reconhecido no início do período
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo
Provisão para planos de benefício definido (nota nº 17.e)
Valor reconhecido em outros resultados abrangentes
(Passivo)/ativo reconhecido no final do período

Auxílio-saúde	
3º trim./2018	3º trim./2017
(272.447)	(241.532)
2.929	2.566
(8.095)	(9.259)
7.309	(10.273)
(270.304)	(258.498)

a.4) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial

Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período

Benefícios pagos pelo plano
Custo do serviço corrente
Custo de juros
Remensurações de perdas atuariais
Decorrentes de ajuste de experiência
Decorrentes de alterações de premissas financeiras

Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período

Plano BD	
3º trim./2018	3º trim./2017
(708.044)	(663.321)
11.943	9.384
-	(203)
(16.519)	(21.946)
8.192	(33.962)
936	17.303
7.256	(51.265)
(704.428)	(710.048)

Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período

Benefícios pagos pelo plano
Custo de juros/serviço corrente
Remensurações de Perdas atuariais
Decorrentes de ajuste de experiência
Decorrentes de alterações de premissa financeiras

Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período

Plano Misto	
3º trim./2018	3º trim./2017
(67.563)	(63.874)
1.482	1.075
(1.585)	(2.109)
497	(3.889)
(242)	1.525
739	(5.414)
(67.169)	(68.797)

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Assistidos pelo Banco	
	3º trim./2018	3º trim./2017
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período	(82.284)	(74.285)
Benefícios pagos pelo plano	1.767	1.857
Custo de juros	(1.818)	(1.845)
Remensurações de Ganhos / (Perdas) atuariais	(117)	(3.889)
Decorrentes de ajuste de experiência	(397)	316
Decorrentes de alterações de premissa financeiras	280	(4.205)
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período	(82.452)	(78.162)

	Auxílio-saúde	
	3º trim./2018	3º trim./2017
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do período	(272.447)	(241.532)
Benefícios pagos pelo plano	2.929	2.566
Custo do serviço corrente	(1.101)	(1.053)
Custo de juros	(6.994)	(8.206)
Remensurações de Ganhos / (Perdas) atuariais	7.309	(10.273)
Decorrentes de ajuste de experiência	4.930	9.011
Decorrentes de alterações de premissa financeiras	23.79	(19.284)
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do período	(270.304)	(258.498)

a.5) Análise de Sensibilidade das principais hipóteses

Plano BD					
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros
	AT-2000 M&F Suavizada em 10%				do
	- 5%	+ 5%	-0,25	+0,25	demonstrativo
Valor presente obrig. atuarial - Elegíveis	(512.292)	(488.444)	(507.628)	(492.575)	(499.999)
Superávit/(déficit) do plano	(512.292)	(488.444)	(507.628)	(492.575)	(499.999)
Variação na obrigação atuarial	2,5%	(2,3%)	1,5%	(1,5%)	
Variação no superávit/(déficit)	2,5%	(2,3%)	1,5%	(1,5%)	
Valor presente obrig. atuarial - Não elegíveis	(207.057)	(201.926)	(209.095)	(199.944)	(204.429)
Superávit/(déficit) do plano	(207.057)	(201.926)	(209.095)	(199.944)	(204.429)
Variação na obrigação atuarial	1,3%	(1,2%)	2,3%	(2,2%)	
Variação no superávit/(déficit)	1,3%	(1,2%)	2,3%	(2,2%)	

Plano Misto					
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros do
	AT-2000 M&F Suavizada em 10%				demonstrativo
	- 5%	+ 5%	-0,25	+0,25	
Valor presente da obrigação atuarial	(68.366)	(66.039)	(68.423)	(65.957)	(67.169)
Valor justo dos ativos do plano	26.717	26.717	26.717	26.717	26.717
Superávit/(déficit) do plano	(41.649)	(39.322)	(41.706)	(39.240)	(40.452)
Variação na obrigação atuarial	1,8%	(1,7%)	1,9%	(1,8%)	
Variação no superávit/(déficit)	3,0%	(2,8%)	3,1%	(3,0%)	

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Assistidos pelo Banco					
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros
	AT-2000 M&F Suavizada em 10%				do
	- 5%	+ 5%	-0,25	+0,25	demonstrativo
Valor presente da obrigação atuarial	(85.169)	(79.927)	(83.479)	(81.450)	(82.452)
Superávit/(déficit) do plano	(85.169)	(79.927)	(83.479)	(81.450)	(82.452)
Variação na obrigação atuarial	3,3%	(3,1%)	1,3%	(1,2%)	
Variação no superávit/(déficit)	3,3%	(3,1%)	1,3%	(1,2%)	

Auxílio-saúde					
	Tábua biométrica		Taxa de desconto		Parâmetros do demonstrativo
	AT-2000 M&F Suavizada em 10%				
	- 5%	+ 5%	-0,25	+0,25	
Valor presente da obrigação atuarial	(275.135)	(265.761)	(279.111)	(262.328)	(270.304)
Superávit/ (déficit) do plano	(275.135)	(265.761)	(279.111)	(262.328)	(270.304)
Variação na obrigação atuarial	1,8%	(1,7%)	3,3%	(2,9%)	
Variação no superávit/ (déficit)	1,8%	(1,7%)	3,3%	(2,9%)	

a.6) Receitas e pagamentos esperados para o período seguinte

	Plano BD	Plano Misto	Assistidos	Auxílio-saúde
Custo do serviço corrente líquido	-	(4)	-	(4.854)
Custo de juros líquidos	(60.919)	(2.046)	(7.963)	(27.709)
Total da (despesa) / receita a reconhecer	(60.919)	(2.050)	(7.963)	(32.563)
Montantes esperados período seguinte–Normais	3.124	34	8.051	12.207
Total dos pagtos esperados para o plano	3.124	34	8.051	12.207

a.7) Categorias dos Ativos

Não se aplica aos Planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-saúde.

a.8) Montantes Incluídos no Valor Justo dos Ativos

Não se aplica aos Planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-saúde.

a.9) Descrição da política de Investimentos

Não se aplica aos Planos: Assistidos pelo Banco e Auxílio-saúde

a.10) Descrição da base utilizada para determinar a taxa de desconto atuarial

Taxa de desconto equivalente à expectativa de retorno da Nota do Tesouro Nacional (NTN-B), para o período da *Duration* de cada plano.

A movimentação da provisão relativa aos planos BD e Misto está abaixo apresentada:

Plano BD	30.09.2018	31.12.2017
Valor da Obrigação no início do período	612.323	404.295
Atualizações	26.759	269.836
(-) Valores Pagos	(36.868)	(61.808)
Saldo no final do período (nota nº 13.d)	602.214	612.323
Plano Misto	30.09.2018	31.12.2017
Valor da Obrigação no início do período	18.010	-
Atualizações	2.216	18.010
Saldo no final do período (nota nº 13.d)	20.226	18.010
Total BD e Misto	622.440	630.333

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Planos Saldados

Os contratos assinados entre o Banco e a Capaf referentes aos planos saldados, estabelecem que a obrigação deve ser atualizada mensalmente, com base na variação do INPC-IBGE e taxa máxima real de juros admitida nas projeções atuariais do plano de benefícios fixada pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar ou outra autoridade competente.

Anualmente, o valor da obrigação é revisado de acordo com as premissas atuariais, o que poderá exigir ajuste por parte do Banco.

Os planos saldados apresentaram a seguinte movimentação:

	30.09.2018	31.12.2017
Valor da Obrigação no início do período	722.081	732.363
Atualizações - Resultado (nota nº 17.e)	45.111	53.132
Atualizações – PL	-	15.059
(-) Valores Pagos	(63.425)	(78.473)
Saldo no final do período (nota nº 13.c)	703.767	722.081

c) Plano Prevamazônia

O PrevAmazônia é o plano oferecido aos empregados da ativa, especialmente os admitidos a partir de 1997 que não possuíam plano de previdência complementar patrocinado pelo Banco e aos que fizeram opção pelos “Planos Saldados”.

Contribuições do Banco para os Planos de Benefícios

Planos	3º trim./2018	3º trim./2017	01.01 a 30.09.2018	01.01 a 30.09.2017
Liquidados - BD e Misto	(802)	(878)	(2.390)	(2.678)
PrevAmazônia	(2.383)	(2.391)	(7.017)	(7.204)
Total - (nota nº 24.b)	(3.185)	(3.269)	(9.407)	(9.882)

Valores Reconhecidos como Obrigações

Planos	30.09.2018	31.12.2017
Saldados	703.767	722.081
Liquidados	622.440	630.333
Assistidos	82.452	82.362
Auxílio-saúde	270.304	290.532

Ações Coletivas

Ação TRT da 16ª Região (MA)

Permanece inalterada a ação em que a Advocacia Geral da União, em abril de 2014, ingressou perante o TRT da 16ª Região (MA) com a Ação Rescisória nº 0016098-06.2014.5.16.0000, visando a rescindir a decisão transitada em julgado proferida pela 1ª Vara do Trabalho do Maranhão nos autos da ação coletiva nº. 1164-2001-001-16-00-2, que condenou o Banco ao pagamento do déficit atuarial da Capaf.

Em 24.08.2018, foi proferido despacho para que o Ministério Público apresentasse razões finais, o que até o presente momento não foi apresentado.

Ação Civil Pública nº 0000302-75.2011.5.08.0008

Em relação à Ação Civil Pública nº 0000302-75.2011.5.08.0008, proposta pela AABA, em que o Banco fora condenado a repassar mensalmente à Capaf, os recursos financeiros necessários para complementar a folha de pagamento dos beneficiários assistidos do Plano de Benefício Definido (BD), em que pese o trânsito em julgado, ocorrido em 06.02.2017, a área jurídica do Banco analisou a decisão e identificou a possibilidade de manejo de ação rescisória, visando à rescisão do julgado, notadamente em face das alterações trazidas pela EC 20/1998, bem como às Leis Complementares nºs 108 e 109, ambas de 2001, e aos correlatos precedentes judiciais do STF.

Respalado por esses argumentos o Banco iniciou tratativas com a Advocacia Geral da União (AGU), objetivando o ajuizamento da ação, o que foi realizado pela AGU no Tribunal Superior do Trabalho, em 02.03.2018, processo nº 1000104-23.2018.5.00.0000.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 19.09.2018, foi exarada decisão declarando incompetência do Tribunal Superior do Trabalho para apreciar originariamente a ação rescisória, determinada na oportunidade, a emenda da inicial.

A AGU peticionou a emenda da inicial, em 04.10.2018, pugnando pela competência do Tribunal e requerendo novamente a concessão da tutela de urgência para a suspensão da execução do objeto da ação civil pública nº 000302-75.2011.508.0008.

Em 10.10.2018, o processo restou concluído ao Gabinete do Ministro para nova decisão.

A provisão do plano BD, existente em 30.09.2018, totalizou R\$602.214, distribuída da seguinte forma:

- Provisão para os participantes abrangidos pela ação rescisória - R\$537.724;
- Provisão de 50% das reservas matemáticas dos participantes que ainda estão na ativa - R\$64.490;

A composição da provisão referente à ação rescisória, no montante de R\$537.724, é a seguinte:

- 100% das reservas matemáticas dos participantes elegíveis, ou seja, aqueles que tinham completado tempo para fazerem jus a todos os direitos ofertados pelo plano até a publicação da Lei Complementar nº 109/2001, que totalizou, ao final do período, R\$499.999;
- 50% dos que ainda não são elegíveis, isto é, aqueles que ainda não completaram o tempo exigido para obter todos os benefícios do plano por ocasião da publicação da Lei anteriormente citada, que totalizou ao final do período R\$37.725.

Composição da provisão existente ao final do período para os planos liquidados BD/Misto:

- BD Liquidado (nota nº 25 - a.3) - R\$602.214;
- Misto Liquidado - 50% das reservas matemáticas (nota nº 25 - a.3) - R\$20.226;
- Total da Provisão - R\$622.440.

Em cumprimento à ação transitada em julgado foi desembolsado pelo Banco, no período, o montante de R\$36.868 (R\$61.808 em 31.12.2017).

26 Remuneração paga aos Empregados

a) Remuneração mensal dos empregados (em R\$ unitários)

	30.09.2018	31.12.2017
Menor Salário	2.499,91	2.380,86
Maior Salário	26.195,34	24.947,94
Salário médio	7.721,84	7.597,61

27 Processo de gerenciamento de riscos

O Banco possui políticas de gestão de riscos, que são revistas e aprovadas anualmente pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração.

A Gestão de riscos do Banco tem como objetivo identificar, medir, monitorar, controlar e reportar as exposições aos riscos relevantes para a instituição.

O Banco possui estrutura, processos e sistemas compatíveis com a natureza e complexidade dos instrumentos financeiros negociados, mantendo equipe qualificada para a adequada gestão de riscos.

A Gerência de Riscos atua no gerenciamento dos seguintes riscos:

a) Risco de liquidez

O monitoramento da exposição ao risco de liquidez visa detectar possíveis descasamentos entre pagamentos e recebimentos passíveis de afetar a capacidade de geração de caixa e o equilíbrio financeiro do Banco.

O monitoramento dos níveis de exposição ao risco de liquidez é realizado permanentemente e as informações geradas são reportadas às alçadas competentes para a tomada de decisão.

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os indicadores de disponibilidades de recursos de curto prazo, calculados pelos métodos de análise conservador e moderado, apresentaram saldos positivos, demonstrando disponibilidade de recursos que mitigam o risco de liquidez.

O volume de recursos marcados a mercado alocados em títulos públicos e operações compromissadas na carteira TVM foi de R\$12.074 bilhões, representando 85,9% do portfólio total de R\$14.059 bilhões (R\$10.313 bilhões, 86,4% do portfólio de R\$11.942 bilhões em 31/12/2017). A maioria dos recursos, 62,6% (61,1% em 31/12/2017), é alocada em Letras Financeiras do Tesouro, títulos públicos indexados à Selic e de altíssima liquidez no mercado secundário.

O Banco utiliza-se ainda para acompanhamento do risco de liquidez, o monitoramento do fluxo de liquidez consolidado por vértice, o controle do Índice de Liquidez de Curto Prazo (ILCP) e simulações de cenários de estresse.

b) Risco de crédito

A Política de Risco de Crédito no Banco da Amazônia está balizada em Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital e na Declaração de Appetite por Riscos (RAS) e tem o propósito de estabelecer estratégias, rotinas, sistemas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação da exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que o Banco atua como uma das contrapartes.

O Gerenciamento de risco de crédito no Banco da Amazônia visa garantir que a aplicação dos recursos próprios e dos recursos administrados em nome de terceiros, de natureza orçamentária ou não, seja efetuada de maneira eficiente, para a ampliação do volume de operações de crédito do Banco, com probabilidades positivas de retorno dos créditos concedidos. Busca também atuar de forma a se obter razoável certeza de que esses créditos proporcionarão: melhoria da qualidade de crédito; otimização das aplicações de recursos, com definição de melhores spreads e qualidade das garantias; minimização do nível de exposição do capital do Banco e crescimento da margem de segurança de retorno do crédito concedido; a maior transparência do processo creditício; e a eficácia no processo de análise e decisão creditícia.

As exposições ao risco de crédito estão baseadas em limites estabelecidos por critérios específicos, buscando, principalmente, a diversificação da carteira e a manutenção de ativos de boa liquidez. Os empréstimos e financiamentos devem manter relação adequada com o Patrimônio de Referência da Instituição. No modelo interno de avaliação de risco de crédito estão inseridas as diretrizes de gestão desse tipo de risco, cuja finalidade é identificar, mensurar e ponderar a exposição do Banco em suas operações de crédito, permitindo o estabelecimento de *rating* para o tomador e respectivas operações creditícias.

A classificação dos créditos do Banco distribui-se em diferentes níveis de risco (*rating*), levando-se em conta as características e o perfil do tomador de crédito e da operação, qualificando o risco mínimo em nível "AA" e o risco máximo em "H". A política adotada pela Instituição baseia-se em somente realizar operações de crédito com pleiteantes, pessoa física ou jurídica, cujo nível de risco esteja situado entre os *ratings* AA e C, inclusive, dentre os níveis de risco de crédito previstos pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

Deste modo incorporando melhorias ao seu processo de gestão e às melhores práticas do mercado bancário, vista as diretrizes de Basileia III e da Resolução nº 4.557/2017, a Instituição vem realizando o aprimoramento dos modelos utilizados na avaliação de risco de crédito de seus clientes, o que abrange análise das matrizes de migração de risco registradas no Banco, teste de relevância das variáveis e *backtesting* dos modelos.

c) Risco de mercado

O Banco mantém processo permanente de monitoramento de suas exposições ao Risco de Mercado, tendo como principais fatores de riscos as operações sujeitas à variação das taxas de juros e dos índices de preços.

No processo de gestão de Risco de Mercado são estabelecidos os limites máximos de exposição por fator de risco, tipo de papel e limite de VaR, além dos critérios utilizados na classificação da carteira de negociação (*trading*), conforme Circular Bacen nº 3.354/2007.

A mensuração do risco de mercado é realizada através do modelo de *value at risk* (VaR), calculado para dez dias, para as diversas carteiras do Banco. O sistema importa e consolida as informações de bases externas (Bacen, B³ – Brasil Bolsa Balcão e Anbima) e bases internas (sistemas legados), para auferir o valor do VaR. A validação do modelo é respaldada pela metodologia das médias móveis exponenciais ponderadas (EWMA).

Em 30 de setembro de 2018, o VaR calculado para a posição Banco e para posição Tesouraria foi de R\$6.835 e R\$4.606 milhões (R\$3.292 e R\$2.521 milhões em 31/12/2017), consumindo 52,7% e 50,5% do limite de referência, respectivamente (22,5% e 24,5% em 31/12/2017). Os valores calculados para o VaR das posições Banco e

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Tesouraria estão em conformidade com os limites estabelecidos na Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital, apresentando status normais de exposição ao risco de mercado e posições inferiores aos limites de VaR estabelecidos.

d) Risco operacional

A gestão do risco operacional permeia a estrutura organizacional em todos os níveis hierárquicos. Pautada no modelo das três linhas de defesa, cada unidade da estrutura organizacional tem responsabilidade pela gestão e reporte dos seus riscos, enquanto a gestão consolidada do risco operacional é realizada pela área especializada.

A gestão de risco operacional está institucionalizada no Banco pela Política de Gestão Integrada de Riscos e de Capital (POL 310) que estabelece as diretrizes para o gerenciamento do risco operacional de produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da Instituição em observância aos preceitos estabelecidos na Resolução Bacen nº 4.557/2017 e boas práticas de mercado como o COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e NBR 22301.

Como parte complementar do processo de gestão do risco operacional, a Política e Norma de Gestão de Continuidade de Negócios estabelecem as diretrizes e regras para a gestão de continuidade de negócios na Instituição, com o objetivo de proporcionar uma resposta tempestiva para situações de crise e manter os serviços essenciais para que os negócios sejam preservados.

A Instituição está permanentemente em alerta quanto a mudanças de cenários que possam representar riscos negativos aos seus processos, ou que possam abrir oportunidades para atuar com eficiência no mercado, cumprindo sua missão de desenvolver a Amazônia de maneira sustentável por meio da aplicação de crédito e soluções eficazes.

e) Gestão de capital

O Banco Amazônia possui um processo de gestão de capital estruturado e compatível com a complexidade de suas operações e riscos assumidos que tem por objetivo manter a qualidade, consistência e transparência da sua base de capital, bem como atender aos requisitos regulamentares.

A estrutura de gerenciamento permeia as áreas responsáveis pelo orçamento, planejamento, controle e monitoramento de riscos e esferas colegiadas estratégicas de decisão. A política de gestão de capital objetiva manter o Índice de Basileia em patamar superior a exigência regulamentar. A instituição apresenta capital suficiente para viabilizar o crescimento de negócios constante no seu planejamento e orçamento.

f) Índice de Basileia (limite operacional)

A Carta-Circular nº 3.748/2016 extinguiu a remessa ao Banco Central do documento 2071, ficando obrigatório o encaminhamento mensal do 2061 (informações de conglomerados prudenciais e de instituições individuais não-vinculadas a conglomerados).

O cálculo para apuração do PR é realizado de acordo com as regras da Resolução CMN nº 4.192/2013 e alterações posteriores e os requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital principal pela Resolução CMN nº 4.193/2013.

Requerimentos Mínimos de Capital (Basileia III)

Apresentamos abaixo os principais indicadores, obtidos conforme regulamentação em vigor:

	30.09.2018	31.12.2017
Patrimônio de Referência (PR)	2.416.420	2.476.926
PR Nível I	2.416.420	2.476.926
Capital Principal	2.416.420	2.476.926
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	18.201.930	17.032.160
Risco de Crédito (RWA _{CPAD})	14.459.421	13.908.336
Risco de Mercado (RWA _{MPAD})	266.113	32.268
Risco Operacional (RWA _{OPAD})	3.476.396	3.091.556
Requerimento Mínimo de Capital	-	-
Capital Principal Mínimo Requerido ⁽¹⁾	819.087	766.447
PR Nível I Mínimo Requerido ⁽²⁾	1.092.116	1.021.930
PR Mínimo Requerido ⁽³⁾	1.569.916	1.575.475
Margem sobre os Requerimentos de Capital	-	-
Margem sobre o Capital Princ. Mínimo Requerido	1.597.333	1.710.478
Margem sobre o PR Nível I Mínimo Requerido	1.324.304	1.454.996

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Informações Trimestrais em
30 de setembro de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Índice de Capital Principal (CP / RWA)	13,3%	14,5%
Índice de Capital Nível I (Nível I / RWA)	13,3%	14,5%
Índice de Basileia (PR / RWA)	13,3%	14,5%

(1) Representa o mínimo de 4,5% do RWA.

(2) Representa o mínimo de 6% do RWA, a partir de 01.01.2015.

(3) Em 30/09/2018, o fator "F" aplicado ao montante de RWA corresponde a 8,63% e em 31.12.2017, corresponde a 9,25%.

28 Análise de sensibilidade

O Banco da Amazônia mantém um processo permanente de monitoramento de todas as posições expostas ao risco de mercado, sendo realizada rotineiramente a análise de sensibilidade, avaliando as posições da Instituição em condições extremas no cenário econômico.

Para risco de mercado, são utilizados três cenários, verificando-se primeiramente os resultados de VaR no cenário normal de mercado, em seguida é verificado um cenário em condições de estresse de 25% dos indicadores utilizados para projeção de VaR e por último, utiliza-se um estresse de 50%. No cálculo do estresse são utilizados como parâmetros de referência as curvas de mercado: Cupom - Bmf/IGPM, cupom - Bmf/IPCA, cupom IGPM/Ntn-Anbima, Cupom IPCA/Ntn-Anbima, Cupom sujo USD, Cupom TR, PRÉ, USD brl.

Os níveis de estresse de 25% e 50% atribuídos para o modelo estão em conformidade com o requerido pela Instrução CVM nº 475/2008 e descritos a seguir:

Cenário 1 (Normal): A base deste cenário são as condições normais da atividade econômica. Utilizou-se a cotação Reais/Dólar a R\$4,00 em 30/09/2018 (R\$3,31 em 31/12/2017) e a taxa DI de um ano no nível de 6,4% a.a. (6,9% a.a. em 31/12/2017).

Cenário 2 (Estresse de 25%): Foi aplicado estresse de 25% a maior sobre os fatores de risco do cenário normal. Os resultados projetados foram a cotação Reais/Dólar a R\$5,00 em 30/09/2018 (R\$4,13 em 31/12/2017), e a taxa DI de um ano no nível de 8,0% a.a. (8,6% a.a. em 31/12/2017), com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 25% nas respectivas curvas ou preços.

Cenário 3 (Estresse de 50%): Foi utilizado estresse de 50% sobre os dados do cenário normal, resultando, para a cotação Reais/Dólar, o valor de R\$6,00 em 30/09/2018 (R\$4,96 em 31/12/2017) e para a taxa DI de um ano, o nível de 9,6% a.a. (10,3% a.a. em 31/12/2017), com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 50% nas respectivas curvas ou preços.

O quadro a seguir sintetiza a análise dos cenários de VaR dos ativos da Carteira de negociação e não negociação, conforme Instrução CVM nº 475/2008:

Exposições Financeiras		30.09.2018			31.12.2017		
		Cenários			Cenários		
Fatores de Risco	Definição	1	2	3	1	2	3
Prefixado	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas	137	-	-	(71)	-	-
Índice de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índice de preços	4.286	(69.253)	(109.847)	2.609	23.016	57.949
Taxa de juros	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros	183	(35.123)	(62.315)	-	-	-
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	-	-	-	(53)	20.629	41.879
Total		4.606	(104.376)	(172.162)	2.485	43.645	99.828

Os resultados apresentados refletem os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira. Os três cenários demonstram que os fatores que apresentam maior risco estão nas alocações em índices de preços. No pior cenário tem-se uma perda no MtM da Tesouraria na ordem de R\$172 milhões (R\$99 milhões em 31/12/2017) correspondente ao estresse de 50% sobre o cenário normal de mercado.

Os resultados demonstrados ratificam o perfil conservador da carteira que, mesmo com choques paralelos de 25% e 50% sobre o cenário de referência (mercado), apresentaram baixo valor em risco das posições de TVM, sendo o maior fator de risco as posições em cupons de índice de preços. Essas posições correspondem a 2,13% do saldo

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais em 30 de setembro de 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

total de aplicações da carteira de tesouraria do Banco

29 Demonstração do resultado abrangente

	3º trim./2018	3º trim./2017	01.01 a 30.09.2018	01.01 a 30.09.2017
Resultado líquido do Período	12.711	(6.120)	(13.501)	6.342
Outros Resultados Abrangentes	20.351	(10.394)	67.514	7.753
Ajustes de Avaliação Patrimonial	19.983	(10.762)	66.411	6.650
Próprios – TVM Ajuste	(1.421)	13.457	(18.247)	25.237
Próprios – Delib.CVM nº 695/2012	21.404	(24.219)	84.658	(3.528)
Próprios – Planos Saldados	-	-	-	(15.059)
Realização da Reserva de Reavaliação	368	368	1.103	1.103
IR e CSLL s/ Outros Lucros Abrangentes	(9.305)	4.139	(32.675)	(5.302)
Sobre a marcação a mercado	568	(5.383)	7.298	(10.094)
Sobre a realização da reserva	(166)	(165)	(496)	(496)
Sobre ajustes da Delib. CVM nº 695/2012	(9.707)	3.664	(39.477)	22.631
Sobre os Planos Saldados	-	6.023	-	(17.343)
Resultado Abrangente Líquido de IR e CSLL	11.046	(6.255)	34.839	2.451
Resultado Abrangente do Período	23.757	(12.375)	21.338	8.793

30 Outras informações

a) Avais e fianças prestados

Os avais e fianças prestados pelo Banco apresentam a seguinte composição:

	30.09.2018	31.12.2017
Garantias prestadas, inclusive risco de crédito do FNO	10.362.542	10.195.088
Coobrigação em cessão de créditos – alongamento crédito rural	216.500	195.067
Total	10.579.042	10.390.155

b) Seguros

O Banco mantém seguros contra incêndio e outros riscos que envolvem o seu imobilizado, cuja cobertura é de R\$151.408 (R\$151.408 em 31.12.2017), determinada em função dos valores e riscos envolvidos.

Valeida Neila Pessoa de Souza
Contadora
CRC-PA Reg. 011298/O

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores do
Banco da Amazônia S.A.
Belém - PA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco da Amazônia S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao período findo em 30 de setembro de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração do Banco é responsável pela elaboração e apresentação dessas informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

Valor líquido de passivo de benefício definido e demandas judiciais correlatas

Conforme mencionado nas notas explicativas nºs 13, 17 e 25, o Banco mantém, em 30 de setembro de 2018, valor líquido de passivo de benefício definido no montante de R\$ 622.440 mil (R\$ 630.333 mil em 31 de dezembro 2017) que, segundo o julgamento de sua Administração, representaria o déficit ajustado para refletir qualquer efeito da limitação de valor líquido de ativo de benefício definido ao teto de ativo (asset ceiling) para reconhecimento. A determinação de parte desse montante correspondente a R\$ 244.882 mil (R\$ 243.123 mil em 31 de dezembro 2017) levou em consideração os parâmetros das Leis Complementares nºs 108 e 109 de 2001, utilizando-se da paridade contributiva de 50%, cujos critérios divergem dos previstos pela Deliberação CVM nº 695/12 e Resolução CMN nº 4.424/15.

Adicionalmente, e conforme mencionado na nota explicativa nº 25, o Banco foi condenado, considerando a sua responsabilidade solidária, a aportar à Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia S.A. (Capaf) os valores complementares referentes ao pagamento da íntegra dos benefícios previstos no plano de benefício definido, cuja ação judicial transitou em julgado em 06 de fevereiro de 2017. A Administração do Banco, amparada pelos seus assessores jurídicos e atuariais, analisou a decisão e conjuntamente com a Advocacia Geral da União (AGU) ajuizou ação rescisória, visando rescindir o julgado. Como resultado dessas tratativas, o Banco procedeu o registro de déficit complementar em contrapartida de outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, considerando apenas os assistidos elegíveis anteriormente a Lei Complementar nº 109/2001. Todavia, o Banco não dispõe, nesse momento, de um estudo determinando a origem (custo de serviço passado ou perda atuarial) desse déficit, bem como laudo atuarial específico para a massa de assistidos beneficiados pelo mérito da sentença transitada em julgado supracitada.

Em razão dessas circunstâncias e considerando ainda a ausência de embasamento em jurisprudência dos Tribunais Superiores para deconstituir a decisão transitada em julgado, não é praticável determinar o provável desembolso para suportar as saídas futuras que serão requeridas pelo desfecho da referida ação rescisória e da conclusão do processo de liquidação dos planos BD e Misto, bem como a adequada mensuração do valor líquido de passivo de benefício definido, baseado nas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, bem como não foi possível determinar, por meio de procedimentos alternativos de revisão, qual o impacto sobre os montantes da provisão atuarial, da provisão para demandas judiciais (ações trabalhistas - Capaf) e de ajustes de avaliações patrimoniais - planos BD e Misto, nos valores de R\$ 622.440 mil, R\$ 37.574 mil e R\$ 175.950 mil, respectivamente, em 30 de setembro de 2018 (R\$ 630.333 mil, R\$ 35.432 mil e R\$ 225.204 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2017) e das despesas com benefícios pós-emprego - planos BD e Misto e com demandas judiciais trabalhistas - Capaf no montante total de R\$ 24.542 mil para o trimestre findo em 30 de setembro de 2018 e R\$ 77.004 mil para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 (R\$ 23.401 mil para o trimestre findo em 30 de setembro de 2017 e R\$ 74.095 mil para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017) e os correspondentes créditos tributários constituídos sobre o montante dessas provisões em 30 de setembro de 2018, no montante total de R\$ 103.272 mil (R\$ 107.113 mil em 31 de dezembro de 2017).

Conclusão com ressalva

Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos da limitação de escopo descrita no parágrafo "Base para conclusão com ressalva", não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as referidas informações contábeis intermediárias,

incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Ênfase - Desfecho de ações referente à liquidação dos planos de benefício

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 25, que menciona as incertezas relacionadas aos desfechos das ações judiciais (mandados de segurança) relacionadas à suspensão dos processos de liquidação dos planos de benefícios e descreve sobre a nova prorrogação, por mais 180 (cento e oitenta) dias a contar de 27 de outubro de 2018, da intervenção na Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia S.A. (Capaf) pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros Assuntos - Demonstração do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias, relativas à demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018 elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR do Banco. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, exceto pelos possíveis efeitos da limitação de escopo descrita no parágrafo "Base para conclusão com ressalva", em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belém, 14 de novembro de 2018.

KPMG Auditores Independentes
CRC PA-000742/F

Carlos Massao Takauthi
Contador CRC 1SP206103/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO**

A Diretoria do Banco da Amazônia S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, declara que examinou as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas do 3º Trimestre de 2018 (ITR) e declara estar de acordo com as informações constantes dos referidos documentos.

Com relação à limitação de escopo descrita no parágrafo “Base para conclusão com ressalva” registrada no Relatório dos Auditores Independentes, datado de 14 de novembro de 2018, relacionado a essas demonstrações financeiras, destaca que discutiu as opiniões expressas no referido documento e declara que vem adotando todas as medidas necessárias para a eliminação das mesmas, porém aguarda o desfecho das ações rescisórias para a adoção das providências necessárias.

Belém, 14 de novembro de 2018

Diretoria Executiva

Valdecir José de Souza Tose
Presidente

Francimar Rodrigues Maciel
Diretor

Luiz Cláudio Teixeira Sampaio
Diretor

Luis Petrônio Nunes Aguiar
Diretor

Luiz Otávio Monteiro Maciel Júnior
Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

A Diretoria do Banco da Amazônia S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, declara que examinou as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas do 3º Trimestre de 2018 (ITR) e declara estar de acordo com as informações constantes dos referidos documentos.

Com relação à limitação de escopo descrita no parágrafo “Base para conclusão com ressalva” registrada no Relatório dos Auditores Independentes, datado de 14 de novembro de 2018, relacionado a essas demonstrações financeiras, destaca que discutiu as opiniões expressas no referido documento e declara que vem adotando todas as medidas necessárias para a eliminação das mesmas, porém aguarda o desfecho das ações rescisórias para a adoção das providências necessárias.

Belém, 14 de novembro de 2018

Diretoria Executiva

Valdecir José de Souza Tose
Presidente

Francimar Rodrigues Maciel
Diretor

Luiz Cláudio Teixeira Sampaio
Diretor

Luis Petrônio Nunes Aguiar
Diretor

Luiz Otávio Monteiro Maciel Júnior
Diretor